



 **MAPFRE** | SEGUROS GERAIS

RELATÓRIO E CONTAS | 2010





## ÍNDICE

1. ORGÃOS SOCIAIS	04
2. RELATÓRIO DE GESTÃO 2010	06
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	07
2. EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR	07
3. ATIVIDADE DA MAPFRE SEGUROS GERAIS	09
4. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	12
5. ESTRUTURA E PRÁTICA DE GOVERNO SOCIETÁRIO	12
6. DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO	13
7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE	14
8. EVENTOS SUBSEQUENTES	14
3. CONTAS ANUAIS 2010	15
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	78

# 1

ORGÃOS SOCIAIS



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
Vice-Presidente	Filipe Dumont dos Santos
Secretário	Claudio Antonio Ramos Rodriguez
Vogais	Antonio Erazo Campuzano
	António Manuel Cardoso Belo (Administrador-Delegado)
	Bernabé Gordo Pin
	Jesús Garcia Arranz
	José Luis Joló Marin
	Melchor García García
	Rafael Galarraga Solores

## MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
Secretário	António Manuel Cardoso Belo

## CONSELHO FISCAL

Presidente	José Vieira Bernardo
Vogais	Fernando Vassalo Namorado Rosa
	Filipe Quintas de Oliveira da Palma-Carlos
Suplente	José Emílio Cordeiro Fernandes

## REVISOR OFICIAL DE CONTAS

	Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. representada pela Dra. Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto
--	---



RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

1. CONTEXTO MACROECONÓMICO

O ano 2010 foi novamente marcado por um contexto de depressão económica, desta vez influenciado pelos condicionalismos do excessivo endividamento de Portugal nos mercados internacionais e pelo elevado deficit público, o qual no final de 2009 atingiu um valor recorde de 9,3% e teve fortes efeitos colaterais na taxa de juro da dívida pública, que foi apresentando elevadas subidas ao longo do ano.

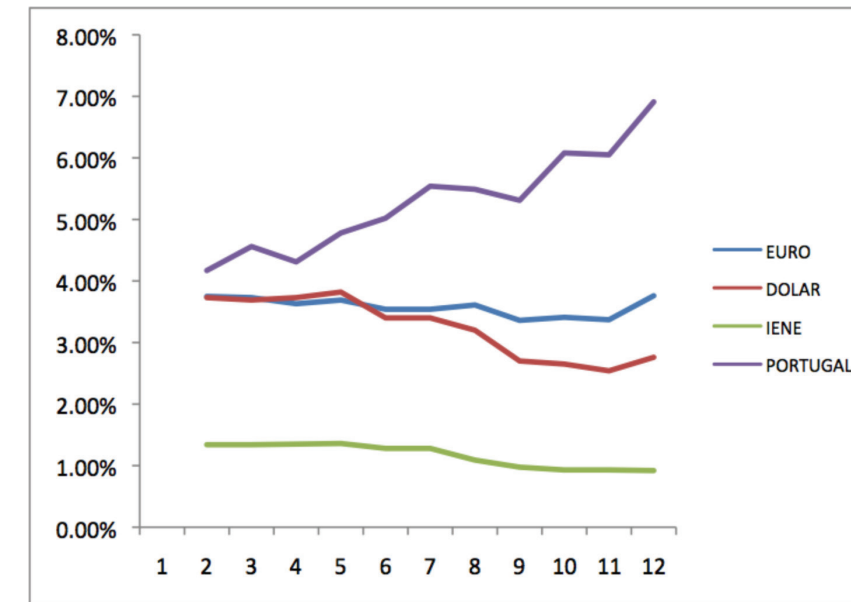


Gráfico 1 – Taxas médias de rentabilidade da dívida pública a 10 anos  
Fonte: APS

Por outro lado, problemas de índole semelhante em outros países da Zona Euro que foram obrigados a recorrer à ajuda do Fundo de Estabilização Europeia – primeiro a Grécia e depois a Irlanda – associados aos sucessivos cortes nos níveis de rating daí decorrentes, levados a cabo pelas Agências Internacionais, tornaram-se num factor acrescido de instabilidade e contágio, agravando as condições de mercado de dívida de Portugal e Espanha, acabando por fazer alastrar a discussão ao plano político, criando algumas fissuras no seio da Comunidade Europeia, ao ponto de terem surgido algumas referências à possibilidade de estar em perigo a continuidade da moeda única.

O sistema bancário português viu-se seriamente afetado pela conjuntura, começando a sentir dificuldade de acesso aos mercados de financiamento, que se repercutiu em restrições ao crédito concedido e no aumento bastante significativo dos spreads implícitos nas taxas de juro praticadas, factos que se refletiram no funcionamento das empresas em geral e contribuíram para um importante abrandamento no setor da construção.

Numa tentativa de acalmar os mercados, foram-se sucedendo os anúncios de medidas restritivas, através de um Plano de Estabilidade e Crescimento inicial – o denominado PEC I – complementado posteriormente com medidas adicionais – conhecido como PEC 2 – que tiveram continuidade no Orçamento de Estado para 2011, o qual incluiu outras medidas inéditas, como foi o caso da redução dos salários dos trabalhadores da Administração Pública, bem como as medidas tradicionais de aumento de impostos sobre o consumo e os rendimentos, os quais foram significativamente agravados.

Por outro lado e, na mesma linha de contenção, a concretização de uma série de obras públicas de grande envergadura entrou num impasse.

Tudo isto contribuiu para um clima de incerteza e falta de confiança dos agentes económicos, mergulhando o país num sentimento de crise, apenas atenuado por um desempenho de certa forma animador das exportações, não constituindo surpresa um crescimento modesto do PIB que, segundo as previsões, deverá atingir 1,3%.

As perspetivas para o futuro próximo apresentam-se bastante sombrias, continuando latentes os receios dos mercados internacionais em relação à capacidade de Portugal conseguir vencer os desafios que se lhe colocam, pese embora o esforço de contenção do deficit público. Além disso, esse esforço será muito elevado e terá efeitos diretos no crescimento económico, prevendo-se, por isso, uma contração do PIB que em nada ajudará a resolver o grande problema do desemprego que deve manter-se a níveis recorde.

Indicadores Económicos	Porcentagem			
	2008	2009	2010*	2011*
Produto Interno Bruto	0,8	(2,6)	1,3	(1,3)
Consumo Privado	1,3	(1,0)	1,8	(2,7)
Consumo Público	(0,2)	3,0	3,2	(4,6)
Investimento	1,7	(11,9)	(5,0)	(6,8)
Exportações	7,5	(11,8)	9,0	5,9
Taxa Desemprego	7,6	9,5	10,9	n/d
Índice Preços Consumidor	2,7	(0,9)	1,4	2,7
Deficit Contas Públicas	2,2	9,3	7,3	4,6

\* Previsões  
Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças, INE

2. EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR

De há alguns anos a esta parte, quando comparado com o panorama internacional, o mercado segurador português tem-se afirmado como um mercado maduro, tal como evidencia o seu peso no PIB, estimando-se que este possa atingir em 2010 quase 10%, devido especialmente ao desempenho do segmento Vida que concentra a maior fatia do mercado (cerca de 75%).

Ainda que com oscilações, de facto, o crescimento de vendas do mercado

segurador tem assentado na evolução sustentada do ramo Vida, enquanto o segmento Não Vida se vem confinando a um desempenho bastante modesto, com crescimentos nominais praticamente nulos.

Esta realidade voltou a verificar-se no ano 2010 e parece evidenciar o potencial do segmento Vida como uma alternativa séria aos produtos bancários em matéria de aforro.

Num contexto de crise económica e de turbulência dos mercados financeiros poder-se-ia esperar algum retrocesso, o que não aconteceu. Tal poderá estar associado à tendência dos clientes se precaverem em relação ao futuro, aumentando os seus níveis de poupança e evitando expor-se diretamente aos mercados financeiros, procurando, por isso, produtos mais seguros e menos sofisticados do ponto de vista financeiro, com capitais e rendimentos garantidos, que o setor segurador está em condições de proporcionar.

Estrutura da Carteira Vida (%)	2008	2009	2010
Risco	8,6	9,1	7,8
Investimento	68,9	60,4	65,4
Reforma	22,5	30,5	26,8

Fonte: APS

No entanto, este movimento da área de Vida em direção a produtos de cariz mais financeiro, que vem remetendo os produtos tradicionais de risco para um papel secundário na estrutura das carteiras das seguradoras, tem tido o seu efeito sobre as margens de rentabilidade, as quais passaram a estar muito mais pressionadas e dependentes da capacidade de geração de rendimentos financeiros, os quais, muito influenciados pela conjuntura específica, não podem evitar a obtenção de uma rentabilidade global modesta.

Indicadores de Mercado Vida	2008	2009	2010*
Prémios (milhões euros)	10.947	10.320	12.097
Crescimento (%)	17,4	(5,7)	17,2
Sinistralidade Líquida Resseguro (%)	101,2	102,3	105,2
Gastos Líquidos Resseguro (%)	9,5	11,0	6,7
Rácio Combinado Líquido Resseguro (%)	110,7	113,3	111,9
Resultados Antes Impostos (milhões euros)	(27)	220	154
Rentabilidade das Vendas Antes Impostos (%)	(0,2)	2,1	2,5

\* Dados a junho, exceto Prémios, cujos dados são a dezembro  
Fonte: APS

Por sua vez, a área de Não Vida, em cuja estrutura o peso dos ramos obrigatórios de Automóvel e Acidentes de Trabalho se aproxima dos 60%, não tem conseguido evitar o efeito direto das difíceis condições económicas, apresentando em 2010, novamente, um crescimento nominal muito modesto, da ordem dos 0,7% e, ainda assim, essencialmente devido ao segmento específico de Doença que cresceu 6,8%.

Ao factor da conjuntura económica há que adicionar dois outros aspetos

que contribuem para explicar a estagnação dos prémios emitidos ao longo dos últimos anos:

- Alguma melhoria pontual da sinistralidade que se tem repercutido rapidamente no ajustamento em baixa das tarifas praticadas pelo mercado, muitas vezes até mais do que proporcionalmente.
- A pressão sobre os preços, exercida pela concorrência acrescida entre os operadores, na tentativa de conseguir ganhos de quota de mercado, em consequência da falta de crescimento natural da massa segurável.

A propósito, os dados de uma publicação recente da Associação Portuguesa de Seguradores sobre o ramo Automóvel demonstram que, no período de 2005 a 2009, os custos com sinistros se mantiveram praticamente ao mesmo nível enquanto os prémios médios desceram aproximadamente 25%, causando um impacto estimado nas contas das seguradoras a rondar os 200 milhões de euros.

Em consequência desses efeitos, a rentabilidade da área de Não Vida tem sido muito limitada, apresentando rácios combinados a níveis preocupantes, superiores ao limiar dos 100%.

Perante dificuldades de rentabilidade técnica e condicionada por uma conjuntura dos mercados financeiros bastante adversa, não constitui admiração que, em linha com o negócio Vida, o segmento Não Vida registre rentabilidades globais anuais que se podem considerar insignificantes, tal como ilustra o quadro de indicadores que se apresenta.

Indicadores de Mercado Não Vida	2008	2009	2010*
Prémios (milhões euros)	4.318	4.140	4.168
Crescimento (%)	(1,4)	(4,1)	0,7
Sinistralidade Líquida Resseguro (%)	70,9	73,7	77,7
Gastos Líquidos Resseguro (%)	27,8	28,9	27,8
Rácio Combinado Líquido Resseguro (%)	98,7	102,6	105,5
Resultados Antes Impostos (milhões euros)	155	78	16
Rentabilidade das Vendas (%)	3,6	1,9	0,8

\* Dados a junho, exceto Prémios, cujos dados são a dezembro  
Fontes: APS e ISP

Este deficit de rentabilidade, comum aos ramos de Vida e Não Vida, é tanto mais relevante quanto se trata de uma atividade que, pela sua natureza e devido às normas de regulação, implica forte disponibilidade de capital, a qual, com a próxima entrada em vigor das novas regras de Solvência II, se verá ainda incrementada.

Face ao próprio contexto de mercado e à conjuntura macroeconómica, o setor segurador encontra-se confrontado para os próximos anos com desafios muito exigentes que não deixarão de condicionar significativamente as opções de gestão.

### 3. ATIVIDADE DA MAPFRE SEGUROS GERAIS

#### 3.1.Principais indicadores de negócio

A atividade da MAPFRE Seguros Gerais desenvolveu-se sob dois efeitos negativos: por um lado, a conjuntura económica adversa que se tem vindo a verificar nos últimos anos, agravada em 2010, por outro, os condicionamentos impostos pelo próprio contexto de mercado.

Ainda assim, foi possível atingir um crescimento do volume dos prémios emitidos que, apesar de pequeno - cerca de 0,6% - importa registar, na medida em que, caso não se tivesse verificado um decréscimo, não corrente, de aproximadamente 2,6 milhões de euros no ramo de Crédito, em consequência das medidas restritivas derivadas da excessiva sinistralidade, implementadas nos anos anteriores, estaríamos perante um crescimento bem mais significativo, na ordem dos 3% e bastante superior à média do mercado.

Desta forma, a MAPFRE Seguros Gerais manteve a quota de mercado inalterada, enquanto as maiores seguradoras apresentam um decréscimo, seguindo a tendência dos anos anteriores.

Quota de mercado Não Vida	2008	2009	2010
5 primeiras companhias (%)	60,8	59,1	56,3
10 primeiras companhias (%)	78,9	79,9	78,8
Quota mercado MAPFRE Seguros Gerais (%)	2,5	2,5	2,5

Fontes: APS e ISP

Devemos destacar o facto de, pela primeira vez, a empresa ter conseguido superar as 300.000 apólices em vigor, mais 22.658 que no ano anterior, feito que resultou de uma boa dinâmica comercial e do bom comportamento da retenção de clientes, com o índice de anulações a baixar quase 2 pontos percentuais.

Para estes resultados contribuiu decisivamente o trabalho realizado ao nível das cobranças, que contou com o empenhamento total tanto dos serviços centrais como da rede de vendas, tendo-se conseguido um incremento em linha com o das vendas.

Por sua vez, o valor dos recibos pendentes de cobrança desceu bastante em relação ao ano anterior, possibilitando obter um rácio de 7,3% sobre os prémios colocados à cobrança, o valor mais baixo de sempre deste indicador.

As péssimas condições climáticas que se verificaram no primeiro trimestre do ano, incluindo a catástrofe da Madeira, tiveram uma influência inexorável no agravamento da sinistralidade, com reflexo direto nos resultados de exploração da ordem de 1,5 milhões de euros líquidos de resseguro.

Para além deste efeito particular, o estreitamento das margens técnicas, resultantes da conjuntura de mercado descrita no ponto anterior, não concedeu grande margem de manobra para uma eventual compensação, pelo que, embora tivéssemos assistido a uma normalização da sinistralidade nos trimestres seguintes, tal não foi suficiente para evitar o referenciado efeito negativo do mau início de ano.

Ao nível dos gastos por natureza a imputar, importa salientar a influência negativa da amortização de parte da carteira em vigor, implícita na aquisição da participação na Finibanco Vida, bem como pelo ajustamento do valor variável a pagar e pelos juros correspondentes ao período decorrido, conforme previsto no contrato de compra e venda.

Gastos por natureza a imputar	2008	2009	2010
Custos com pessoal (milhões euros)	10,60	10,63	10,69
% sobre prémios	10,0	10,3	10,4
Fornecim. Serviços Externos (milhões euros)	8,10	7,49	7,52
% sobre prémios	7,7	7,3	7,3
Impostos e taxas (milhões de euros)	0,68	0,68	0,71
% sobre prémios	0,6	0,7	0,6
Amortizações (milhões euros)	1,22	1,02	1,61
% sobre prémios	1,2	1,0	1,6
Outros custos (milhões euros)	0,41	0,35	0,56
% sobre prémios	0,4	0,3	0,3
Total custos por natureza (milhões euros)	21,01	20,17	21,09
% sobre prémios	19,9	19,6	20,5

Sem o efeito destes custos não recorrentes, no montante aproximado de 1 milhão de euros, ter-se-ia atingido um montante global de 20,09 milhões de euros, uma ligeira diminuição de 0,3% em relação ao ano anterior.

A ser assim, a percentagem sobre prémios ter-se-ia situado em 19,6%, regressando ao nível que se encontrava antes da aquisição da carteira da Agência Geral da MAPFRE Caución y Crédito.

O rácio combinado foi de 102,4%, o que representa uma deterioração em relação ao ano anterior, que encontra justificação no efeito da sinistralidade anormal e dos gastos não recorrentes anteriormente descritos, sem os quais teria ficado no limiar dos 100%.

A estrutura de investimentos tem vindo a ser adaptada à evolução dos mercados financeiros e à estratégia de negócio definida.

Assim, com a descida das taxas de juro associadas aos depósitos bancários de curto prazo, que se começou a sentir ainda no ano 2008, procedeu-se a uma diminuição do investimento neste tipo de ativos e, por outro lado, a estrutura passou a conter uma importante componente de participações em filiais, derivada da aquisição da participação na Finibanco Vida e da constituição da MAPFRE Seguros de Vida.

Porém, devido ao facto de ter sido o primeiro ano em que essas participações estiveram em vigor, não houve lugar ao encaixe de rendimentos delas decorrente, por ainda não terem sido distribuídos dividendos, facto que contribuiu para uma descida na taxa de rentabilidade global dos investimentos financeiros.

Estrutura e rentabilidade dos investimentos	2008			2009			2010		
	Investim. médio*	Estrut.	Rent.**	Investim. médio*	Estrut.	Rent.**	Investim. médio*	Estrut.	Rent.**
Títulos de Rendimento Fixo	100,00	72%	4,8%	111,65	78%	5,6%	106,68	74%	4,5%
Títulos de Rendimento Variável	15,32	11%	[4,6]%	12,76	9%	[6,3]%	11,65	8%	2,3%
Participações filiais (parte realizada)	0,00	0%	0,0%	7,50	5%	0,0%	17,0	12%	0,0%
Dep. Bancos (prazo e à ordem)	22,79	17%	4,7%	11,87	8%	1,8%	3,15	2%	0,3%
<b>TOTAL</b>	<b>138,11</b>	<b>100%</b>	<b>3,8%</b>	<b>143,78</b>	<b>100%</b>	<b>4,0%</b>	<b>138,48</b>	<b>100%</b>	<b>3,7%</b>

\* Em milhões de euros e valorizados ao justo valor

\*\* Inclui mais e menos valias realizadas

Ainda em relação aos ativos financeiros, importa efetuar uma referência à crise da dívida soberana, que teve um eco especial sobre os títulos em carteira da Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal, os quais representam aproximadamente 84% do total da carteira de títulos de rendimento fixo.

Este fenómeno, nunca antes observado em países da Zona Euro, provocou grandes desvalorizações dos títulos de rendimento fixo que, embora não influenciando os resultados de exploração, tiveram um reflexo importante nos capitais próprios, os quais se viram afetados em cerca de 6,6 milhões de euros, contudo, sem efeitos significativos sobre a margem de solvência, em função da forte capitalização da empresa.

Na globalidade da exploração, como corolário da evolução das diversas variáveis, detalhada anteriormente, a rentabilidade diminuiu, situando-se o resultado antes de impostos em 2,76 milhões de euros, correspondendo a um rácio de rentabilidade das vendas de 2,7%, o qual é praticamente o dobro do obtido pelo mercado em que operamos, situação que se vem verificando sistematicamente ao longo dos últimos e difíceis anos, tal como é patente no quadro resumo que apresentamos.

Indicadores da MAPFRE Seguros Gerais	2008	2009	2010
Prémios (milhões euros)	105,59	102,14	102,76
Crescimento (%)	7,2	[3,3]	0,6
Sinistralidade Líquida Resseguro (%)	72,2	75,9	76,7
Gastos Líquidos Resseguro (%)	24,6	26,0	25,7
Rácio Combinado Líquido Resseguro (%)	96,8	101,9	102,4
Resultados Antes Impostos (milhões euros)	5,99	4,45	2,76
Rentabilidade das Vendas Antes Impostos (%)	5,7	4,4	2,7

### 3.2. Aspetos qualitativos

Como suporte e em complemento do desenvolvimento do negócio, levamos a cabo inúmeras atividades, de entre as quais destacaremos a seguir aquelas que, na nossa opinião, tiveram, ou virão a ter no futuro, maior impacto sobre o desempenho da empresa.

Ao nível da estrutura de vendas, a fim de permitir obter uma maior produtividade, desenvolvemos esforços acrescidos na sua reorganização, especialmente através da instituição da função de Direção da Organização Territorial, em simultâneo com o estabelecimento de métodos de trabalho uniformes e do reforço do papel da função do Gerente de escritório, recentrando o esforço colocado na atividade diária.

De forma a dotar a rede de vendas de ferramentas facilitadoras, em linha de continuidade com os anos anteriores, introduzimos diversas melhorias nos simuladores/emissores já existentes e desenvolvemos novos para mais alguns segmentos que ainda não estavam cobertos, como foram os casos dos Acidentes Pessoais e PME Comércio e Serviços.

Por outro lado, atentos à necessidade de ter um portfólio de produtos adequados às exigências dos clientes e de contribuir para a dinamização comercial, implementamos um calendário de reformulação e lançamento de novas soluções com características diretamente dirigidas a segmentos específicos de mercado, destacando-se, neste âmbito, a solução dirigida às PME de Comércio e Serviços e uma nova modalidade de Multiriscos Habitação.

Este labor foi acompanhado das convenientes ações de Marketing e Comunicação, de forma a aumentar a sua eficácia. Nesta área, destacamos, ainda, as ações de reforço de imagem dos nossos escritórios e o patrocínio de campanhas de vendas locais que introduziram um dinamismo acrescido no portfólio de escritórios da nossa estrutura territorial.

Em termos de cobranças, reforçamos as funcionalidades já disponíveis no site de mediadores, introduzindo ao longo do ano algumas melhorias, nomeadamente de acréscimo de informação. Por outro lado, investimos bastante no tratamento dos recibos pendentes, com uma atuação proativa junto dos escritórios da Organização Territorial, que contribuiu decisivamente para o desempenho neste campo.

Na área de sinistros, procedemos ao lançamento de uma nova e importante ferramenta on-line de relacionamento com os prestadores de serviços clínicos (médicos e clínicas), a qual permitirá agilizar todo o processo de gestão de sinistros de lesionados, com notórios ganhos, quer em termos de produtividade quer de disponibilidade de informação em tempo real, que em muito contribuirá para uma boa e eficaz gestão dos sinistros. Foi, também, desenvolvida uma outra ferramenta on-line que permite a gestão automatizada dos sinistros de vidros no ramo automóvel. Efetuamos ainda uma reorganização de recursos, criando uma estrutura centralizada de captação e registo de participações de sinistros, com evidentes ganhos de produtividade e qualidade. Além disso, nesta área, iniciamos o estudo das possíveis soluções para a digitalização e tratamento de toda a documentação associada à gestão, com o objetivo de lançar o respetivo projeto de execução ao longo do ano 2011.

Tecnologicamente, o ano 2010 foi dominado pelo projeto de parametrização e posterior migração de dados para o Tronweb, de forma a responder às necessidades derivadas do início de operações da nova sociedade participada - MAPFRE Seguros de Vida. Contudo, apesar dos constrangimentos que decorreram da alocação de grande parte dos nossos recursos a este processo, continuamos a implementar o processo de investimento na modernização da infraestrutura, nomeadamente, por via da atualização da versão da base de dados, da virtualização de equipamentos e da substituição de alguns computadores pessoais. Em paralelo, a área de tecnologias, participou ativamente na disponibilização das ferramentas de negócio aludidas anteriormente.

A área de Gestão de Risco e Controlo Interno teve um ano intenso e atuante em diversas vertentes. Coordenou a participação da empresa no QIS 5 (Estudo Quantitativo do Impacto do Solvência II), continuou a dinamizar o Comité de Gestão de Risco, patrocinou a criação da Política de Combate à Fraude e ao Branqueamento de Capitais, investiu fortemente na formação e sensibilização de toda a organização em relação à temática da Gestão de Risco e dedicou um esforço especial ao levantamento de processos e identificação de pontos de controlo interno.

No âmbito da Conduta de Mercado, demos continuidade ao previsto na Norma n.º 10/2010-R, de 25 de junho, sobretudo no âmbito da temática do tratamento de reclamações, no qual se prosseguiu a otimização, já iniciada em 2009, da aplicação GRM existente, que coexiste desde meados de 2010, com o Portal do ISP dedicado ao Consumidor de Seguros, desenhando-se a possibilidade de interface entre ambos no sentido do aproveitamento das tipologias de classificação existentes, em ordem a facilitar o respetivo reporte anual ao ISP. Ao mesmo tempo, procedemos à divulgação do Regulamento de Reclamações que estabelece todo o enquadramento procedimental do seu tratamento e que se encontra devidamente publicitado no site institucional.

De igual modo, procedemos à publicitação do Código de Conduta que estabelece linhas de orientação em matéria de ética profissional, in-

cluindo princípios para a gestão de conflitos de interesses, aplicáveis aos membros dos órgãos de administração e aos respetivos trabalhadores e colaboradores, e cuja consagração legal vem dar resposta ao teor das recomendações do Fundo Monetário Internacional, mas resulta também das iniciativas de Better Regulation do setor financeiro. A implementação de mais este modelo normativo adequa as exigências da supervisão e complementa a política do Grupo MAPFRE no estabelecimento de padrões de comportamento empresarial, face ao recente enquadramento europeu de regulação da atividade financeira.

Investimos na segurança, criando uma Unidade específica de gestão desta vertente, alinhada com as diretrizes emanadas do Grupo, que se ocupou, especialmente, com a atualização do plano de continuidade de negócio e a implementação do controlo de acessos.

Em colaboração com a FUNDAÇÃO MAPFRE e com o envolvimento das áreas de Recursos Humanos e de Comunicação, levamos a cabo várias iniciativas no âmbito da responsabilidade social, abrangendo todos os segmentos etários da população. Assim, realizou-se a "Caravana de Educação Rodoviária", dirigida a crianças em idade escolar, a iniciativa "Tu Decides", destinada a sensibilizar os jovens a evitar o álcool quando conduzem e o programa "Viver com mais cuidado", específico para idosos, implementado em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Além destas iniciativas, realizaram-se alguns seminários temáticos versando áreas científicas e de ergonomia.

Na consecução da atividade da empresa estiveram envolvidos 259 colaboradores, 53% do sexo masculino e 47% do sexo feminino, situando-se 56% do total na faixa etária até aos 40 anos. Por outro lado, uma fatia bastante significativa de 42% possui formação académica de nível superior e 85% têm mais de 6 anos de experiência. No sentido de dotar o quadro de colaboradores com as competências mais adequadas, investimos um total de 5.493 horas em formação, na sua grande maioria em ações presenciais.

Para levar a cabo o conjunto das atividades descritas, contamos com a colaboração de inúmeras pessoas e entidades, às quais deixamos o nosso agradecimento sincero.

#### 4. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Face ao significativo esforço de investimento no desenvolvimento do negócio, realizado nos últimos anos, nomeadamente a aquisição da carteira da antiga Agência Geral da MAPFRE Caución y Credito, a aquisição da participação na Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA e a constituição da MAPFRE Seguros de Vida, SA, propomos que o resultado do exercício 2010, no montante de 1.809.572,77 euros (Um milhão oitocentos e nove mil quinhentos e setenta e dois euros e setenta e sete cêntimos), seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

Reserva legal: 180.957,28 euros (Cento e oitenta mil novecentos e cinquenta e sete euros e vinte e oito cêntimos)

Reservas livres: 1.628.615,49 euros (Um milhão seiscentos e vinte e oito mil seiscentos e quinze euros e quarenta e nove cêntimos)

#### 5. ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

##### 5.1. Modelo de governação

Face às exigências legais impostas pelas alterações operadas em 2006 ao Código das Sociedades Comerciais e à consequente necessidade da fiscalização da sociedade deixar de ser efetuada pelo Fiscal Único para passar a dever ser efetuada por um Conselho Fiscal e por um revisor ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas - Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, a MAPFRE Seguros Gerais procedeu, desde 2007, à atualização do seu modelo de governação.

Em termos gerais as alterações verificadas incorporaram, na medida do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações recentes ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto Lei n.º 185/2009 de 12 de agosto, no Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, na Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e na Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal.

Neste âmbito foi adotada uma nova estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;

- Conselho de Administração – composto por dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegáveis, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador-Delegado por ata do próprio Conselho de Administração.

- Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais.

- Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações nos estatutos são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- Cooptação de administradores;
- Pedido de convocação de assembleias-gerais;
- Relatórios e contas anuais;
- Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;
- Modificações importantes na organização da sociedade;
- Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre.

O Conselho de Administração delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade a um Administrador-Delegado, sendo os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente, expressos em ata.

#### 5.2. Estrutura de capital

O capital social da MAPFRE Seguros Gerais é de € 33.108.650 constituído por 6 635 000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros, cada uma, detidas pela MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. (99,9991%), pela MAPFRE GLOBAL RISKS, S.A. (0,0003%), pela MAPFRE FAMILIAR, Companhia de Seguros y Reaseguros, S.A. (0,0003%) e pela MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO, Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros, S.A. (0,0003%).

#### 6. DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

A presente declaração é elaborada em cumprimento do disposto no art. 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, do Instituto de Seguros de Portugal, ambas de 1 de abril, e será submetida à Assembleia Geral da MAPFRE Seguros Gerais, S.A..

a) A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE, é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., seguindo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração;

b) O Código de Bom Governo do Grupo MAPFRE, com data de 2008, prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações;

c) Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE Seguros Gerais, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício (que vêm a representar cerca de 50% da retribuição), seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

Por outro lado, no que concerne aos incentivos referenciados ao valor das ações, o Plano existente no Grupo MAPFRE não abrange os respetivos membros dos órgãos de administração enquanto possuidores dessa mesma qualidade.

No Conselho de Administração da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., atualmente composto por 10 membros, há que distinguir os administradores

não executivos dos executivos:

a) Atualmente este Conselho de Administração é composto por 4 administradores executivos, sendo os restantes não executivos;

b) De acordo com o que se encontra deliberado na Ata n.º 34 da Assembleia Geral, de 12 de setembro de 2005, a retribuição dos membros não executivos do Conselho de Administração desta sociedade, consiste numa retribuição fixa anual;

c) Foi ainda deliberado nessa Assembleia que, até deliberação que venha a estabelecer diferentemente, essa retribuição fixa anual será atualizada para os exercícios posteriores pela aplicação da percentagem que se vier a estabelecer para as retribuições salariais do pessoal;

d) Deliberou-se também nessa Assembleia Geral que todos os membros do Conselho de Administração serão compensados pelas despesas de deslocação e outras que realizem em função da sua assistência às reuniões;

e) Relativamente aos administradores executivos, apenas o vogal do Conselho de Administração e Administrador-Delegado, António Manuel Cardoso Belo, auferirá remuneração por essa qualidade, que é divulgada nos termos legalmente exigíveis, já que os restantes membros do Conselho, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE.

As remunerações auferidas no ano 2010 pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Nome	Cargo	Valor
Pedro de Macedo Coutinho de Almeida	Presidente	0,00 €
Filipe Dumont Santos	Vice-Presidente	17.584,00 €
Claudio Antonio Ramos Rodriguez	Secretário	0,00 €
António Erazo Campuzano	Vogal	17.584,00 €
António Manuel Cardoso Belo	Vogal-Adm.-Delegado	201.000,00 €
Bernabé Gordo Pin	Vogal	17.584,00 €
Jesús Manuel García Arranz	Vogal	17.584,00 €
Jose Luis Joló Marin	Vogal	17.584,00 €
Melchor García García	Vogal	0,00 €
Rafael Galarraga Solares	Vogal	17.584,00 €
Total		306.504,00 €

Existem responsabilidades com benefícios pós-emprego referentes ao Vogal – Administrador-Delegado, no montante de 71.736,19 €, calculadas nos termos do disposto no Contrato Coletivo de Trabalho, que se encontram incluídas no plano de benefícios detalhadas no ponto 23 das Notas ao balanço e Conta de Ganhos e Perdas.

No Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções, nos termos que se encontram estabelecidos na Ata n.º 42 da Assembleia Geral, de 14 de março de 2008.

As remunerações auferidas no ano 2010 pelos membros do Conselho Fiscal foram as seguintes:

Nome	Cargo	Valor
José Vieira Bernardo	Presidente	10.000,00 €
Fernando Vassalo Namorado Rosa	Vogal	7.500,00 €
Filipe Quinta de Oliveira da Palma Carlos	Vogal	7.500,00 €
José Emílio Cordeiro Fernandes	Suplente	2.500,00 €
Total		17.500,00 €

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferem as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Âmbito	Valor
Serviços de Certificação Legal de Contas	46.020,00 €
Serviços de Auditoria à Gestão de Risco e Controlo Interno	4.500,00 €
Serviços de Certificação dos Mapas de Reporte ao ISP	2.305,00 €
Total	52.825,00 €

## 7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Embora condicionada pelas perspetivas económicas sombrias, que se anunciam para os tempos mais próximos, continuaremos a desenvolver a nossa atividade com elevado empenho e determinação, com base nos pilares estratégicos há alguns anos definidos: crescimento, rentabilidade e responsabilidade empresarial.

Para tal, temos previsto implementar uma série de ações, de entre as quais destacamos:

- Continuar a investir na implementação de um processo de desenvolvimento de produtos ágil, capaz de responder em tempo real às demandas dos clientes;
- Inovar nos serviços disponibilizados aos clientes e à rede de vendas, através de ferramentas tecnológicas;
- Capacitar e dinamizar a estrutura de vendas de forma a obter maior produtividade;
- Manter uma rigorosa política de seleção de riscos;
- Manter a estrutura de custos sob rigoroso controlo e aumentar a eficiência, contribuindo, também por esta via, para o incremento da competitividade;
- Aprofundar o desenvolvimento dos sistemas de gestão de risco e controlo interno;
- Dar continuidade às ações de responsabilidade social, em colaboração com a FUNDAÇÃO MAPFRE.

## 8. EVENTOS SUBSEQUENTES

No final do mês de dezembro de 2010 e no seguimento da conclusão da operação de oferta pública de aquisição lançada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista sobre a Finibanco Holding, SGPS, SA a MAPFRE Seguros Gerais, por sua vez, formalizou junto da nova entidade adquirente a opção de saída, por reversão da operação, prevista na Cláusula 19ª do Pacto de Acionistas celebrado em 29 de dezembro de 2010, invocando como razão para aquela reversão a verificação da ocorrência constante da alínea b) do ponto 1. da referida Cláusula – Alteração de Controlo. Em consequência, e não existindo posteriores desenvolvimentos, não é possível antecipar se do desfecho deste processo irão resultar impactos relevantes na atividade futura da Sociedade.

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro de Macedo Coutinho de Almeida (Presidente)	Filipe Dumont dos Santos (Vice-Presidente)	Claudio Antonio Ramos Rodriguez (Secretário)
Antonio Eraso Campuzano (Vogal)	António Manuel Cardoso Belo (Vogal/Administrador-Delegado)	Bernabé Gordo Pin (Vogal)
Jesús García Arranz (Vogal)	Jose Luis Joló Marin (Vogal)	Melchor García García (Vogal)
Rafael Galarraga Solores (Vogal)		





Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2010			Exercício anterior (2009)
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	<b>ATIVO</b>				
	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.154.968,48		2.154.968,48	4.140.660,40
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21.555.981,00		21.555.981,00	22.492.500,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perda			0,00	0,00
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
	Ativos financeiros disponíveis para venda	108.097.541,42		108.097.541,42	128.603.283,52
	Empréstimos concedidos e contas a receber			0,00	0,00
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos			0,00	0,00
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios	19.302.466,24	3.627.998,91	15.674.467,33	16.303.375,41
	Terrenos e edifícios de uso próprio	18.523.889,02	3.459.053,82	15.064.835,20	15.786.509,88
	Terrenos e edifícios de rendimento	778.577,22	168.945,09	609.632,13	516.865,53
	Outros ativos tangíveis	6.619.214,15	5.393.517,23	1.225.696,92	1.424.575,18
	Inventários			0,00	0,00
	Goodwill	5.055.570,00		5.055.570,00	0,00
	Outros ativos intangíveis	10.668.620,98	5.349.516,78	5.319.104,20	427.007,94
	Provisões técnicas de resseguro cedido	27.225.634,81		27.225.634,81	25.220.329,26
	Provisão para prémios não adquiridos	5.584.870,83		5.584.870,83	5.761.733,11
	Provisão matemática do ramo vida			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	21.640.763,98		21.640.763,98	19.458.596,15
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.298.062,70	0,00	2.298.062,70	2.204.154,16
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	19.025.341,96	1.923.081,89	17.102.206,07	19.084.041,55
	Contas a receber por operações de seguro direto	14.428.132,94	1.538.459,85	12.889.673,09	13.757.714,15
	Contas a receber por operações de resseguro	1.330.191,75		1.330.191,75	1.618.874,40
	Contas a receber por outras operações	3.267.017,27	384.622,04	2.882.395,23	3.707.453,00
	Ativos por impostos e taxas	2.910.277,08		2.910.277,08	1.842.152,11
	Ativos por impostos correntes	424.438,44		424.438,44	1.000.527,11
	Ativos por impostos diferidos	2.485.838,64		2.485.838,64	841.625,00
	Acréscimos e diferimentos	329.883,84		329.883,84	44.620,18
	Outros elementos do ativo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
	<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>225.243.562,66</b>	<b>16.294.114,81</b>	<b>208.949.447,85</b>	<b>221.786.699,71</b>

[Valores expressos em euros]

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2010	Exercício anterior (2009)
	<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	<b>PASSIVO</b>		
	Provisões técnicas	133.698.664,19	131.991.735,76
	Provisão para prémios não adquiridos	26.263.831,71	26.229.409,41
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	102.182.962,62	100.777.299,53
	De vida		
	De acidentes de trabalho	29.248.144,15	27.331.939,79
	De outros ramos	72.934.818,47	73.445.359,74
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	2.558.289,67	2.478.989,52
	Provisão para riscos em curso	2.693.580,19	2.506.037,30
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	167.653,90	143.070,57
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	167.653,90	143.070,57
	Outros		
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.108.194,70	1.728.320,01
	Outros credores por operações de seguros e outras operações	14.408.821,92	23.155.268,38
	Contas a pagar por operações de seguro direto	5.535.092,41	6.643.579,24
	Contas a pagar por operações de resseguro	2.188.816,66	958.379,76
	Contas a pagar por outras operações	6.684.912,85	15.553.309,38
	Passivos por impostos	2.757.249,37	3.259.294,27
	Passivos por impostos correntes	2.705.771,39	2.524.523,63
	Passivos por impostos diferidos	51.477,98	734.770,64
	Acréscimos e diferimentos	2.984.728,81	3.164.710,60
	Outras provisões	1.249.473,98	1.249.473,98
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>157.374.786,87</b>	<b>164.691.873,57</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
	(Ações Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	-6.698.511,83	2.296.885,24
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-6.698.511,83	2.296.885,24
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	1.775.105,63	-608.674,59
	Outras reservas	21.579.844,41	19.142.841,02
	Resultados transitados		
	Resultado do exercício	1.809.572,77	3.155.124,47
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>51.574.660,98</b>	<b>57.094.826,14</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>208.949.447,85</b>	<b>221.786.699,71</b>

[Valores expressos em euros]



## NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2010  
Contas Individuais

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. A MAPFRE Seguros Gerais foi constituída por escritura em 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma nº 2/98-A do ISP e iniciou a sua atividade em 1 de abril de 1998.

A sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa na Rua Castilho, 52.

A estrutura da MAPFRE Seguros Gerais apresenta a seguinte organização:

#### A) Serviços centrais

Nestes serviços encontram-se as áreas técnicas e administrativas da gestão da empresa.

#### B) Rede MAPFRE

A extensa rede territorial integra os seguintes elementos:

- Escritórios diretos: são escritórios dotados com um quadro interno de colaboradores, onde se realizam fundamentalmente tarefas comerciais, atendimento ao público, apoio à rede de agentes e emissão de apólices de ramos de massa.
- Escritórios delegados: são escritórios dirigidos por um agente, com contrato de exclusividade, em que o seu trabalho assenta na venda de produtos MAPFRE.
- Agentes: A MAPFRE conta com um elevado número de agentes, tanto ao nível do negócio de particulares como de grandes negócios.
- Acordos especiais: A Companhia tem estabelecido alguns acordos com instituições financeiras e outras.

1.2. A MAPFRE Seguros Gerais explora a totalidade dos Ramos de Seguros Não Vida, definidos no Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu no ano de 2010 prémios no valor de 103 milhões de euros, que representam um acréscimo de 0,6% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros obrigatórios de Acidentes de Trabalho 22% e de Autos 52%, e os restantes 26% para os ramos de Acidentes Pessoais e Patrimoniais.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da administração, foram abordadas as conjunturas económica e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2010, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano de 2011, que assenta em 3 pilares primordiais – Crescimento; Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

### NOTAS GERAIS:

As demonstrações financeiras da Companhia reportam-se aos exercícios findos em 2009 e 2010 e foram preparadas com base no regime contabilístico aplicado às empresas de seguros estipulado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar nº. 4/2007, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar nº. 20/2007, ambas do Instituto de Seguros de Portugal. Por não serem aplicáveis ou por irrelevância dos valores ou situações a reportar, algumas notas não são referidas neste Anexo. O regime contabilístico aplicado acolheu, em termos genéricos, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento e do Conselho Europeu, de 19 de julho de 2002, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto Lei nº 25/2005, com exceção da IFRS 4, da qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguros os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, estando no entanto pendentes de aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas. Não obstante este facto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

### 2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

2.1. Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Caução e Crédito e Restantes Ramos, incluindo este último segmento seguros de acidentes pessoais, incêndio e outros danos, marítimo, aéreo e responsabilidade civil.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada, tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2010, apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Exercício de 2010			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
22%	52%	2%	24%

Exercício de 2009			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
22%	51%	4%	23%

2.2. O Balanço por segmentos de negócio, que apresentamos abaixo, evidenciando a sua ligação com o Balanço global da Companhia, foi elaborado, com exceção dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, afetos ao ramo de Acidentes de Trabalho, das Provisões Técnicas e Resultado Antes de Impostos, que já estavam registados por ramos de negócio, utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio, as percentagens das provisões técnicas líquidas de resseguro de cada um dos segmentos.

Exercício de 2010						
Balanço	Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Outros
<b>ATIVO</b>						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.154.968,48	624.940,86	1.249.881,72	86.198,74	193.947,16	0,00
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21.555.981,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.555.981,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	108.097.541,42	31.348.287,01	62.696.574,02	4.323.901,66	9.728.778,73	0,00
Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e edifícios	15.674.467,33	4.545.595,53	9.091.191,05	626.978,69	1.410.702,06	0,00
Outros ativos tangíveis	1.225.696,92	355.452,11	710.904,21	49.027,88	110.312,72	0,00
Goodwill	5.055.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.055.570,00
Outros ativos intangíveis	5.319.104,20	70.494,42	140.988,84	9.723,37	21.877,58	5.076.020,00
Provisões técnicas de resseguro cedido	27.225.634,81	9.177,25	3.507.096,96	5.362.363,32	18.346.997,28	0,00
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.298.062,70	666.438,18	1.332.876,37	91.922,51	206.825,64	0,00
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	17.102.260,07	4.959.655,42	9.919.310,84	684.090,40	1.539.203,41	0,00
Ativos por impostos e taxas	2.910.277,08	843.980,35	1.687.960,71	116.411,08	261.924,94	0,00
Acréscimos e diferimentos	329.883,84	95.666,31	191.332,63	13.195,35	29.689,55	0,00
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>208.949.447,85</b>	<b>43.519.687,44</b>	<b>90.528.117,34</b>	<b>11.363.813,00</b>	<b>31.850.259,06</b>	<b>31.687.571,00</b>
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>						
<b>PASSIVO</b>						
Provisões técnicas de seguro direto	133.698.664,19	30.850.009,84	65.566.163,98	9.782.375,41	27.500.114,96	0,00
Outros passivos financeiros	167.653,90	48.619,63	97.239,26	6.706,16	15.088,85	0,00
Passivos por benefícios pós-emprego outros benefícios de longo prazo	2.108.194,70	611.376,46	1.222.752,93	84.327,79	189.737,52	0,00
Outros credores por operações de seguros e outras operações	14.408.821,92	2.256.347,01	4.512.694,01	311.220,28	700.245,62	6.628.315,00
Passivos por impostos e taxas	2.757.249,37	799.602,32	1.599.204,63	110.289,97	248.152,44	0,00
Acréscimos e diferimentos	2.984.728,81	865.571,35	1.731.142,71	119.389,15	268.625,59	0,00
Outras provisões	1.249.473,98	362.347,45	724.694,91	49.978,96	112.452,66	0,00
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>157.374.786,87</b>	<b>35.793.874,07</b>	<b>75.453.892,43</b>	<b>10.464.287,72</b>	<b>29.034.417,65</b>	<b>6.628.315,00</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>						
Capital	33.108.650,00	9.601.508,50	19.203.017,00	1.324.346,00	2.979.778,50	0,00
Reservas de reavaliação	-6.698.511,83	-1.942.568,43	-3.885.136,86	-267.940,47	-602.866,06	0,00
Reserva por impostos diferidos	1.775.105,63	514.780,63	1.029.561,27	71.004,23	159.759,51	0,00
Outras reservas	21.579.844,41	6.258.154,88	12.516.309,76	863.193,78	1.942.186,00	0,00
Resultados transitados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	1.809.572,77	-635.312,19	850.509,60	2.019.696,24	-437.052,83	0,00
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>51.574.660,98</b>	<b>13.796.563,39</b>	<b>29.714.260,76</b>	<b>4.010.299,77</b>	<b>4.041.805,11</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>208.949.447,85</b>	<b>49.590.437,45</b>	<b>105.168.153,20</b>	<b>14.474.587,49</b>	<b>33.076.222,76</b>	<b>6.628.315,00</b>



Nos exercícios de 2010 e 2009, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

Exercício de 2009					
Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	80.589.110,76	21.615.966,48	49.954.026,63	809.637,86	8.209.479,79
Prêmios brutos emitidos	102.134.817,06	22.157.688,20	51.854.183,41	4.538.233,70	23.584.711,75
Prêmios de resseguro cedido	22.316.666,64	408.250,00	3.183.723,37	3.793.325,56	14.931.367,71
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	-343.840,01	133.471,72	-1.109.065,18	-305.181,96	936.935,41
Provisão para prêmios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	427.120,33	0,00	174.501,41	-240.452,24	493.071,16
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	59.307.082,50	16.518.384,87	38.686.346,36	95.977,27	4.006.374,00
Montantes pagos	60.498.454,87	14.926.294,97	38.757.461,08	2.927.831,88	3.886.866,94
Montantes brutos	77.739.065,89	14.983.474,34	41.650.052,55	11.830.015,90	9.275.523,10
Parte dos resseguradores	17.240.611,02	57.179,37	2.892.591,47	8.902.184,02	5.388.656,16
Provisão para sinistros (variação)	-1.191.372,37	1.592.089,90	-71.114,72	-2.831.854,61	119.507,06
Montante bruto	-5.106.570,21	1.613.658,65	-292.017,83	-4.883.870,06	-1.544.340,97
Parte dos resseguradores	-3.915.197,84	21.568,75	-220.903,11	-2.052.015,45	-1.663.848,03
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	1.843.993,96	0,00	2.326.689,24	-653.847,67	171.152,39
Participação nos resultados, líquida de resseguro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos e gastos de exploração líquidos	20.866.871,89	5.048.456,64	12.002.331,43	671.317,80	3.144.766,02
Custos de aquisição	19.883.986,91	4.154.978,32	9.616.290,77	896.381,30	5.216.336,52
Custos aquisição diferidos (variação)	-55.289,20	-27.852,21	247.618,48	51.008,39	-326.063,86
Gastos administrativos	4.464.411,55	921.330,53	2.138.422,18	288.845,68	1.115.813,16
Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.426.237,37	0,00	0,00	564.917,57	2.861.319,80
Rendimentos	5.639.458,28	1.569.454,06	2.658.119,76	675.620,70	736.263,76
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	5.399.456,50	1.569.454,06	2.501.374,59	635.780,41	692.847,44
Outros	240.001,78	0,00	156.745,16	39.840,30	43.416,32
Gastos financeiros	721.071,23	171.748,89	330.569,60	119.899,58	98.853,17
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	146.240,11	45.023,09	66.104,84	16.802,03	18.310,16
Outros	574.831,12	126.725,80	264.464,76	103.097,55	80.543,01
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	287.183,47	-16.071,69	198.055,94	50.340,36	54.858,86
De ativos disponíveis p/venda	142.357,12	-16.071,69	103.469,86	26.299,18	28.659,77
De outros	144.826,35	0,00	94.586,09	24.041,17	26.199,09
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	428.808,18	0,00	280.054,62	71.182,16	77.571,40
De ativos disponíveis para venda	100.685,84	0,00	65.757,92	16.713,85	18.214,07
De outros	328.122,34	0,00	214.296,70	54.468,31	59.357,33
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	70.129,62	-54.949,42	40.096,28	43.996,22	40.986,54
<b>RESULTADO TÉCNICO</b>	<b>3.418.054,37</b>	<b>1.375.809,03</b>	<b>-775.692,64</b>	<b>1.275.066,00</b>	<b>1.542.871,97</b>
Outras provisões (variação)	-497.960,45				
Outros rendimentos/gastos	531.834,10				
<b>RESULTADO NÃO TÉCNICO</b>	<b>1.029.794,55</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO ANTES IMPOSTOS</b>	<b>4.447.848,92</b>	<b>1.375.809,03</b>	<b>-775.692,64</b>	<b>1.275.066,00</b>	<b>1.542.871,97</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	1.036.468,38				
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	256.256,07				
<b>RESULTADO LÍQUIDO EXERCÍCIO</b>	<b>3.155.124,47</b>	<b>1.375.809,03</b>	<b>-775.692,64</b>	<b>1.275.066,00</b>	<b>1.542.871,97</b>

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

No exercício de 2010 as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico exceto no que respeita aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas no site [www.mapfre.com](http://www.mapfre.com).

#### 3.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas

##### 3.1.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela companhia correspondem a contas em euros.

##### 3.1.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Uma subsidiária é uma entidade que é controlada por uma outra entidade designada empresa-mãe. Presume-se a existência de controlo quando a empresa-mãe for proprietária, direta ou indiretamente através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade, a não ser que, em circunstâncias excecionais, possa ficar claramente demonstrado que essa propriedade não constitui controlo.

Também existe controlo quando a empresa-mãe for proprietária de metade ou menos do poder de voto de uma entidade quando houver:

- Poder sobre mais de metade dos direitos de voto, em virtude de um acordo com outros investidores;
- Poder para gerir a política financeira e operacional da entidade segundo uma cláusula estatutária ou um acordo;
- Poder para nomear ou destituir a maioria dos membros do conselho

de direção ou de um órgão de gestão equivalente e o controlo da entidade for feito por esse conselho ou órgão; ou

d) Poder para representar a maioria dos votos em reuniões do conselho de direção ou de um órgão equivalente e o controlo da entidade for feito por esses conselho ou órgão.

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma subsidiária nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de subsidiárias), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de subsidiárias), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Transações materiais entre a investidora e a investida;
- Intercâmbio de pessoal e de gestão; ou
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Numa concentração de atividades empresariais a adquirente deve, à data da aquisição:

(a) Reconhecer o “goodwill” adquirido numa concentração de atividades empresariais como um ativo; e (b) inicialmente mensurar esse “goodwill” pelo seu custo, que é o excesso do custo da concentração de atividades empresariais acima do interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

Após o reconhecimento inicial, a adquirente deve mensurar o “goodwill” adquirido numa concentração de atividades empresariais pelo custo menos qualquer perda por imparidade acumulada.

Com a finalidade de testar a imparidade, do “goodwill” adquirido numa concentração de atividades empresariais deve, a partir da data da aquisição, ser imputado a cada uma das unidades geradoras de caixa,

ou grupos de unidades geradoras de caixa, do adquirente, que se espera que beneficiem das sinergias da concentração de atividades empresariais, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades ou grupos de unidades. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o “goodwill” seja assim imputado deve:

(a) Representar o nível mais baixo no seio da entidade ao qual o “goodwill” é monitorizado para finalidades de gestão interna; e  
(b) não ser maior do que um segmento baseado no formato de relato primário.

Os investimentos em subsidiárias e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade (Nota 7).

### 3.1.3. Instrumentos financeiros

#### 3.1.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial de Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros disponíveis para venda” e em “Empréstimos concedidos e contas a receber/Outros depósitos”.

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. Os custos diretamente imputados à transação são acrescidos ao valor do ativo.

#### 3.1.3.2. Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

##### 3.1.3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica, instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação às necessidades de liquidez ou alterações da taxa de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não tenham sido classificados nas outras categorias de ativos financeiros. Incluem títulos de dívida, instrumentos de capital e investimentos em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de reavaliação” até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda”.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento

da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.

O justo valor de um instrumento financeiro, corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se atualizando os fluxos financeiros futuros, incluindo o valor de reembolso, a taxas equivalentes às taxas de juro swaps em euros, adicionados ou diminuídos da qualidade creditícia do emissor e homogeneizados em função da qualidade do emissor e da maturidade. Na nota 6.11. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

##### 3.1.3.2.2. Empréstimos concedidos e contas a receber/outros depósitos

Nesta rubrica registam-se os depósitos a prazo junto de entidades bancárias, a curto prazo, geralmente inferiores a 180 dias.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

##### 3.1.3.2.3. Imparidade dos ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente e por cada um dos ativos finan-

ceiros que fazem parte das demonstrações financeiras testes de imparidade.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”.

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência;
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos;

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para para o Grupo MAPFRE;

- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado;
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia;

A MAPFRE decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2010 com base nos comentários emitidos em Julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não ser oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

#### 3.1.4. Edifícios

Os edifícios que a empresa utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adotou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16.

Os edifícios encontram-se valorizados ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

##### 3.1.5. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contábilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

#### 3.1.6. Outros ativos intangíveis

Os custos com software encontram-se registados ao custo de aquisição e as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de 3 anos. Adicionalmente para o ativo intangível resultante da aquisição da subsidiária Finibanco Vida é utilizado o critério mencionado na Nota 7.

#### 3.1.7. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido, correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham na alínea 3.1.10. e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na nota 4.

#### 3.1.8. Benefícios dos empregados

A Companhia segue os princípios estabelecidos na IAS 19 – Benefícios dos trabalhadores, no reconhecimento das responsabilidades com benefícios dos empregados.

##### 3.1.8.1. Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões:

A Companhia adota o Plano de Benefícios Definidos, estabelecido no Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para a Atividade Seguradora, nos termos do qual é responsável pelo pagamento de pensões de reforma e de invalidez aos trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora até junho de 1995. As responsabilidades totais da Companhia encontram-se garantidas através de apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, cujo contrato foi efetuado junto da MAPFRE Seguros de Vida, SA., entidade relacionada. Em consequência, o valor atual destas responsabilidades é refletido no passivo, sendo o justo valor dos ativos refletido no ativo.

O valor atual das responsabilidades da Companhia é apurado numa

base anual, pelo método de valoração atuarial da unidade de crédito projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 23.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças, entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores reais no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são anualmente reconhecidos na conta de ganhos e perdas. De igual forma, o custo do exercício com pensões de reforma, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, é refletido na conta de ganhos e perdas do exercício.

##### 3.1.8.2. Benefícios de curto prazo:

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

##### 3.1.9. Outros devedores

A valorização destes ativos realiza-se ao custo histórico líquidos dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

A imparidade, no que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

##### 3.1.10. Provisões técnicas

###### 3.1.10. 1. Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar nº 4/98 emitida pelo ISP, sendo apurada de acordo com o método “pró rata temporis”, destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço, encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos pré-

mios diferidos por cada um dos ramos.

###### 3.1.10. 2. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por grupos de ramos (Acidentes, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Responsabilidade Civil Geral, Crédito e Caução, Proteção Jurídica, Assistência e Diversos), com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar nº 12/2000 do ISP.

###### 3.1.10. 3. Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade, destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar nº 4/98 emitida pelo ISP, para a cobertura de fenómenos sísmicos do ramo Incêndio e para os Ramos de Caução e Crédito.

###### 3.1.10. 4. Provisão para sinistros de seguro direto

###### 3.1.10.4.1. Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A valorização é realizada caso a caso, em função das características de cada sinistro, segundo o conhecimento dos riscos e a experiência histórica para que não resulte imprudente nem excessivamente conservadora.

###### 3.1.10.4.2. Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimação é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral Chain Ladder), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

###### 3.1.10.4.3. Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

A estimação é realizada segundo métodos estatísticos (em geral Chain Ladder), através de matrizes, considerando normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

###### 3.1.10.4.4. Responsabilidades com assistência vitalícia

Calculam-se caso a caso para todos os sinistrados com uma incapacidade permanente superior a 50% ou, sendo inferior, para aqueles que

apresentem incapacidade permanente para o trabalho habitual.

###### 3.1.10.4.5. Gastos de tramitação dos sinistros pendentes

Esta provisão destina-se a contabilizar o valor estimado de gastos necessários para tramitar os sinistros conhecidos pendentes de liquidação e os sinistros pendentes de declaração. É calculada com base na avaliação do histórico da Companhia.

###### 3.1.10.4.6. Provisão matemática de acidentes de trabalho

Corresponde ao valor atual das pensões a pagar do ramo Acidentes de Trabalho e é calculada segundo métodos de projeção atuarial. São apresentados na Nota 4, informações adicionais conducentes à clarificação dos métodos e pressupostos adotados na determinação destas provisões.

###### 3.1.11. Passivos financeiros

A única classe de passivo financeiro registado é os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

###### 3.1.12. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo histórico.

###### 3.1.13. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico, segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas terão lugar em exercícios posteriores.

###### 3.1.14. Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída, quando existe uma obrigação presente (le-

gal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

A rubrica “Outras provisões” inclui apenas contingências fiscais.

### 3.1.15. Imputação de gastos por funções e por segmentos

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na nota 21 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

### 3.1.16. Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os prémios e comissões de contratos de seguro são reconhecidos quando emitidos, o que se verifica igualmente nos prémios e comissões de resseguro cedido. Através da Provisão para Prémios não adquiridos, este critério de reconhecimento inicial é ajustado para que o mesmo se verifique ao longo dos correspondentes períodos de risco dos contratos de seguros.

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas 3.1.10.4. e 3.1.7. anteriores, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

### 3.1.17. Impostos

Os impostos sobre os lucros compreendem, os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram, tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda ou terrenos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

#### 3.1.17.1. Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados, com base no lucro tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros, requer um conjunto de interpretações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

#### 3.1.17.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados, com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

### 3.1.18. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas, com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como

ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

### 3.1.19 Concentração de Atividades empresariais e “goodwill”

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transação, de ativos entregues, passivos assumidos, instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis à transação. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor na data da aquisição.

O “goodwill” corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida pela Companhia do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados. Sempre que se verifique que o justo valor excede o custo de aquisição (“goodwill negativo”), o diferencial é reconhecido imediatamente em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes, o “goodwill” positivo é registado no ativo, não sendo amortizado. No entanto é objeto de testes de imparidade numa base anual, sendo refletidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização de teste de imparidade, o “goodwill” apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O “goodwill” imputado a cada Unidade é objeto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do “goodwill” é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o “goodwill” respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em “goodwill” não podem ser revertidas em períodos futuros.

### 3.2. Alterações de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2010 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

### 3.3. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpre-

tações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010, as quais não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Na nota 33.1 encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010.

### 3.4. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos de julgamentos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem:

#### 3.4.1. Benefícios dos empregados

Conforme descrito na alínea 3.1.8.1. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

#### 3.4.2. Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia, por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na alínea 3.1.10. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros, reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser substancialmente diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas, refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

#### 3.4.3. Definição da vida útil dos edifícios

A Companhia, efetuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efetivamente se virão a verificar poderão ser substancialmente diferentes.

#### 3.4.4. Perdas por deterioro de determinados ativos

A Companhia, reconheceu as perdas por deterioro dos seus ativos, nomeadamente no que respeita aos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, de acordo com as suas melhores estimativas.



Contudo, poderão vir efetivamente a verificar-se valores significativamente diferentes dos reconhecidos contabilisticamente.

#### 3.4.5. Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais. As estimativas e hipóteses utilizadas, são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

### 4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGURO

#### 4.1. Identificação e explicação das quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro.

##### a) Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro;

As políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro são descritas no ponto 3.1.10.

b) Processos usados para determinação dos pressupostos que tiveram maior efeito na mensuração das quantias indicadas nas demonstrações financeiras;

##### I) Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Para a valorização casuística dos sinistros, em cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles.

No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e o IDS Devedor.

No ramo de Caução, a valorização é sempre efetuada pelo valor garantido e no ramo de Crédito, pelo valor efetivamente a indemnizar.

Os hipotéticos valores de reembolso, derivados de responsabilidades assumidas pela Companhia mas imputáveis a outrem, apenas são contabilizados no momento do seu recebimento efetivo.

##### II) Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação da provisão necessária.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel, as matrizes de base do estudo não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes processos efetuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

##### III) Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel, as matrizes de base do estudo não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes expedientes efetuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

##### IV) Responsabilidades com assistência vitalícia

A provisão resulta do produto dos coeficientes da tabela de mortalidade GDF80 pelo custo médio de 1.000 euros, valor este utilizado com base na opinião do Atuário independente.

Este método de valorização, é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da companhia para permitir o cálculo segundo métodos estatísticos.

##### V) Gastos de tramitação dos sinistros pendentes

Esta provisão calcula-se, considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

##### VI) Provisão matemática de acidentes de trabalho

É calculada segundo métodos de projeção atuarial, utilizando os seguintes pressupostos:

Descrição	Valor dos Capitais de Remissão	Provisões Matemáticas
Lei de sobrevivência da tábua	TD 88/90	GRF 80
Taxa de rendimento	5,25%	4,00%
Carga de gestão	0%	1%

As bases técnicas referidas, para o valor dos capitais de remissão, apenas são aplicáveis às situações de remissões já definidas ou homologadas.

##### c) Alterações nas metodologias de cálculo das Provisões Técnicas

A Companhia não considerou quaisquer alterações, nos exercícios de 2010 e 2009 nas metodologias e pressupostos utilizados na mensuração das suas provisões técnicas.

d) Reconciliação dos passivos resultantes de contratos de seguro, nos ativos resultantes de contratos de resseguro, para os exercícios de 2010 e 2009 – Provisões técnicas.

Exercício de 2010				
Provisões Técnicas - Seguro Direto	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos	26.229.409,41	0,00	-34.422,30	26.263.831,71
Prémios não adquiridos	32.237.622,79	0,00	129.962,08	32.107.660,71
Custos de aquisição diferidos	-6.008.213,38	0,00	-164.384,38	-5.843.829,00
Provisão para sinistros	100.777.299,53	5.535.479,56	4.129.816,47	102.182.962,62
De acidentes de trabalho	27.331.939,79	2.114.780,86	198.576,50	29.248.144,15
Matemática	18.135.393,99	1.245.703,22	0,00	19.381.097,21
Assistência vitalícia	1.601.644,39	27.003,18	0,00	1.628.647,57
Outras prestações e custos	6.713.413,06	0,00	172.441,43	6.540.971,63
IBNR	294.959,33	71.483,01	0,00	366.442,34
IBNER	250.867,88	770.591,45	0,00	1.021.459,33
Custos de gestão de sinistros	335.661,14	0,00	26.135,07	309.526,07
De outros seguros	73.445.359,74	3.420.698,70	3.931.239,97	72.934.818,47
Prestações	56.017.716,59	1.990.801,07	0,00	58.008.517,66
IBNR	10.522.204,65	0,00	3.882.961,10	6.639.243,55
IBNER	4.913.570,95	1.429.897,63	0,00	6.343.468,58
Custos de gestão de sinistros	1.991.867,55	0,00	48.278,87	1.943.588,68
Outras provisões técnicas	4.985.026,82	266.843,04	0,00	5.251.869,86
Provisão para desvios de sinistralidade	2.478.989,52	79.300,15	0,00	2.558.289,67
Provisão para riscos em curso	2.506.037,30	187.542,89	0,00	2.693.580,19
TOTAL	131.991.735,76	5.802.322,60	4.095.394,17	133.698.664,19

Exercício de 2009				
Provisões Técnicas - Seguro Direto	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisão para prêmios não adquiridos	26.628.538,62	0,00	399.129,21	26.229.409,41
Prêmios não adquiridos	32.581.462,80	0,00	343.840,01	32.237.622,79
Custos de aquisição diferidos	-5.952.924,18	0,00	55.289,20	-6.008.213,38
Provisão para sinistros	105.883.869,74	2.723.076,03	7.829.646,24	100.777.299,53
De acidentes de trabalho	25.718.281,14	1.925.700,63	312.041,98	27.331.939,79
Matemática	16.238.956,94	1.896.437,05	0,00	18.135.393,99
Assistência vitalícia	1.576.774,30	24.870,09	0,00	1.601.644,39
Outras prestações e custos	6.953.709,89	0,00	240.296,83	6.713.413,06
IBNR	343.116,65	0,00	48.157,32	294.959,33
IBNER	274.455,71	0,00	23.587,83	250.867,88
Custos de gestão de sinistros	331.267,65	4.393,49	0,00	335.661,14
De outros seguros	80.165.588,60	797.375,40	7.517.604,26	73.445.359,74
Prestações	61.578.699,13	0,00	5.560.982,54	56.017.716,59
IBNR	11.730.596,65	0,00	1.208.392,00	10.522.204,65
IBNER	4.116.195,55	797.375,40	0,00	4.913.570,95
Custos de gestão de sinistros	2.740.097,27	0,00	748.229,72	1.991.867,55
Outras provisões técnicas	3.141.032,86	1.843.993,96	0,00	4.985.026,82
Provisão para desvios de sinistralidade	2.404.310,61	74.678,91	0,00	2.478.989,52
Provisão para riscos em curso	736.722,25	1.769.315,05	0,00	2.506.037,30
TOTAL	135.653.441,22	4.567.069,99	8.228.775,45	131.991.735,76

Exercício de 2010				
Provisões Técnicas - Resseg.Cedido	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisão para prêmios não adquiridos	5.761.733,11	321.351,41	498.213,69	5.584.870,83
Prêmios não adquiridos	7.127.348,35	0,00	498.213,69	6.629.134,66
Custos de aquisição diferidos	-1.365.615,24	321.351,41	0,00	-1.044.263,83
Provisão para sinistros	19.458.596,15	4.796.197,31	2.614.029,48	21.640.763,98
Prestações	15.158.921,60	3.290.549,44	0,00	18.449.471,04
IBNR	5.459.921,57	0,00	2.614.029,48	2.845.892,09
IBNER	-1.160.247,02	1.505.647,87	0,00	345.400,85
TOTAL	25.220.329,26	5.117.548,72	3.112.243,17	27.225.634,81

Exercício de 2009				
Provisões Técnicas - Resseg.Cedido	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisão para prêmios não adquiridos	5.535.960,10	427.120,33	201.347,32	5.761.733,11
Prêmios não adquiridos	6.700.228,02	427.120,33	0,00	7.127.348,35
Custos de aquisição diferidos	-1.164.267,92	0,00	201.347,32	-1.365.615,24
Provisão para sinistros	23.373.793,99	315.029,13	4.230.226,97	19.458.596,15
Prestações	19.072.048,55	0,00	3.913.126,95	15.158.921,60
IBNR	5.777.021,59	0,00	317.100,02	5.459.921,57
IBNER	-1.475.276,15	315.029,13	0,00	-1.160.247,02
TOTAL	28.909.754,09	742.149,46	4.431.574,29	25.220.329,26

A variação dos prêmios não adquiridos no seguro direto e no resseguro cedido, e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto, são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao resseguro cedido, está incluída na conta de ganhos e perdas na rubrica de "Comissões e participação nos resultados de resseguro".

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso, são apresentadas na rubrica de "Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro da conta de ganhos e perdas".

Os Anexos 2.1 e 2.2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas, explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2010 e de 2009, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1 e 3.2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

#### 4.2. Avaliação da natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos.

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada de todos e cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema, encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual, é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos macro-objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos, rentabilidade, etc.), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão, as que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação, conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica segundo a sua natureza (prêmios, resseguro, comissões, gastos gerais, etc.), assegurando cada um deles, a quantifi-

cação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais da responsabilidade do chefe de projeto e por reuniões do Comitê de Steering respetivo, cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités setoriais, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base

uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);

- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o rating A da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cúmulos de risco;
- Minimização de riscos através da sua partilha em regime de co-seguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados;

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e encerramento dos processos;

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar;
- O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos;

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- Comité comercial, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;
- Comité de sinistros, no qual se efetua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da velocidade de liquidação e dos custos médios e onde se decidem as valorações dos sinistros especiais;
- Comité de alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as

solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas;

- Comité de riscos, em sede do qual se define as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio, a qual tem por base dois aspetos relevantes:
  - Certificação das provisões técnicas por atuários independentes;
  - Acompanhamento permanente da evolução da sinistralidade, através de matrizes por anos de desenvolvimento, com o conseqüente cálculo e imputação, através de métodos estatísticos, das provisões para sinistros não declarados no exercício (IBNR), para desvios na valoração dos sinistros declarados (IBNER) e para gastos de tramitação de sinistros, em função do número e vida média esperada destes.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira, procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (conta de resultados e balanço), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado, taxa de rentabilidade financeira, etc.), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da empresa, prever a atribuição de remunerações variáveis a todos os colaboradores indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados.

b) Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos / estimados sobre o risco específico de seguros.

#### I) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros, é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de 1 ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de 5 anos.

Conceito	Antes de Resseguro		Após Resseguro	
	2010	2009	2010	2009
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado (milhões euros)	1,03	1,02	0,82	0,81
Índice de volatilidade do rácio combinado	3,7%	3,3%	2,3%	2,4%

#### II) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Exercício de 2010					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	22.167.451,85	53.923.654,37	2.087.199,14	24.581.937,17	102.760.242,53
Prémios de resseguro cedido	408.900,18	3.001.120,01	1.771.846,32	15.665.664,25	20.847.530,76
% Média de retenção	98%	94%	15%	36%	80%

Exercício de 2009					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	22.157.688,20	51.854.183,41	4.538.233,70	23.584.711,75	102.134.817,06
Prémios de resseguro cedido	408.250,00	3.183.723,37	3.793.325,56	14.931.367,71	22.316.666,64
% Média de retenção	98%	94%	16%	37%	78%

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respetivamente.

III) Sinistros efetivos / estimados

mite uma análise comparativa dos custos efetivos em relação às estimativas.

A evolução das matrizes de sinistros, por anos de desenvolvimento, per-

Exercício de 2010							
Evolução dos Custos com Sinistros - Anos seguintes ao de ocorrência							
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Conceito	Ano de Ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2005 e anteriores	Provisão pendente	25,242	9,278	7,586	3,546	4,388	12,914
	Pagos acumulados	29,923	44,305	47,421	48,793	49,558	51,120
	<b>Total custo</b>	<b>55,165</b>	<b>53,583</b>	<b>55,007</b>	<b>52,338</b>	<b>53,946</b>	<b>64,035</b>
2006	Provisão pendente	33,420	14,788	5,471	6,049	4,628	
	Pagos acumulados	34,419	49,414	54,998	56,782	57,467	
	<b>Total custo</b>	<b>67,839</b>	<b>64,202</b>	<b>60,469</b>	<b>62,830</b>	<b>62,095</b>	
2007	Provisão pendente	31,254	3,858	9,890	6,748		
	Pagos acumulados	31,377	49,383	54,746	56,896		
	<b>Total custo</b>	<b>62,631</b>	<b>53,241</b>	<b>64,636</b>	<b>63,644</b>		
2008	Provisão pendente	64,800	18,793	10,352			
	Pagos acumulados	32,884	57,455	65,133			
	<b>Total custo</b>	<b>97,683</b>	<b>76,248</b>	<b>75,485</b>			
2009	Provisão pendente	31,835	17,534				
	Pagos acumulados	35,518	53,385				
	<b>Total custo</b>	<b>67,352</b>	<b>70,919</b>				
2010	Provisão pendente	30,625					
	Pagos acumulados	41,410					
	<b>Total custo</b>	<b>72,035</b>					
Conceito	Ano de Ocorrência						
	2010	2009	2008	2007	2006	2005 e ant	TOTAL
Provisão para sinistros de seguro direto - Não vida	30,625	17,534	10,352	6,748	4,628	12,914	82,802

(Valores expressos em milhares de euros)

Exercício de 2009							
Evolução dos Custos com Sinistros - Anos seguintes ao de ocorrência							
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Conceito	Ano de Ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2005 e anteriores	Provisão pendente	18,840	7,901	6,028	4,801	3,512	11,687
	Pagos acumulados	21,725	33,847	36,719	38,675	38,912	39,775
	<b>Total custo</b>	<b>40,565</b>	<b>41,748</b>	<b>42,747</b>	<b>43,476</b>	<b>42,425</b>	<b>51,462</b>
2006	Provisão pendente	25,242	9,278	7,586	3,546	4,388	
	Pagos acumulados	29,923	44,305	47,421	48,793	49,558	
	<b>Total custo</b>	<b>55,165</b>	<b>53,583</b>	<b>55,007</b>	<b>52,338</b>	<b>53,946</b>	
2007	Provisão pendente	33,420	14,788	5,471	6,049		
	Pagos acumulados	34,419	49,414	54,998	56,782		
	<b>Total custo</b>	<b>67,839</b>	<b>64,202</b>	<b>60,469</b>	<b>62,830</b>		
2008	Provisão pendente	31,254	3,858	9,890			
	Pagos acumulados	31,377	49,383	54,746			
	<b>Total custo</b>	<b>62,631</b>	<b>53,241</b>	<b>64,636</b>			
2009	Provisão pendente	64,800	18,793				
	Pagos acumulados	32,884	57,455				
	<b>Total custo</b>	<b>97,683</b>	<b>76,248</b>				
2010	Provisão pendente	31,835					
	Pagos acumulados	35,518					
	<b>Total custo</b>	<b>67,352</b>					
Conceito	Ano de Ocorrência						
	2010	2009	2008	2007	2006	2005 e ant	TOTAL
Provisão para sinistros de seguro direto - Não vida	31,835	18,793	9,890	6,049	4,388	11,687	82,642

(Valores expressos em milhares de euros)

A percentagem imputável ao resseguro cedido, da sinistralidade apresentada no quadro anterior ascende globalmente a 23,5% no exercício corrente e a 20,9% no exercício anterior.

O valor de 19.381.097,21 euros referente às provisões matemáticas de acidentes de trabalho e incluído na rubrica do Passivo "Provisão para sinistros", apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Exercício de 2010				
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Provisão Matemática			
	Conciliadas / Homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2005 e anteriores	5.029.653,44	367.684,72	731.151,77	6.128.489,93
2006	575.681,54	133.017,94	289.142,80	997.842,28
2007	1.411.584,31	64.088,66	509.966,14	1.985.639,11
2008	875.136,20	0,00	1.177.396,94	2.052.533,14
2009	738.953,11	0,00	3.420.743,34	4.159.696,45
2010	25.963,15	0,00	4.030.933,15	4.056.896,30
<b>TOTAL</b>	<b>8.656.971,75</b>	<b>564.791,32</b>	<b>10.159.334,14</b>	<b>19.381.097,21</b>

Exercício de 2009				
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Provisão Matemática			
	Conciliadas / Homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2004 e anteriores	3.711.617,13	618.421,05	353.985,89	4.684.024,07
2005	785.902,32	300.057,47	571.253,31	1.657.213,10
2006	312.943,09	450.200,70	453.915,14	1.217.058,93
2007	1.036.264,18	65.069,35	1.235.563,83	2.336.897,36
2008	485.815,75	0,00	3.077.306,72	3.563.122,47
2009	257.363,48	0,00	4.419.714,58	4.677.078,06
<b>TOTAL</b>	<b>6.589.905,95</b>	<b>1.433.748,57</b>	<b>10.111.739,47</b>	<b>18.135.393,99</b>

O valor registado no exercício a título de pagamento de pensões, do ramo de acidente de trabalho ascendeu a 3.296.255,46 euros. No quadro abaixo apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Exercício de 2010			
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Montantes Pagos - Pensões		
	Pensões Pagas	Pensões Remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2005 e anteriores	254.718,45	89.852,99	344.571,44
2006	76.612,68	111.030,52	187.643,20
2007	89.607,50	394.099,62	483.707,12
2008	-43.049,11	1.072.357,84	1.029.308,73
2009	-15.045,41	1.148.279,77	1.133.234,36
2010	7.259,01	110.531,60	117.790,61
<b>TOTAL</b>	<b>370.103,12</b>	<b>2.926.152,34</b>	<b>3.296.255,46</b>

Exercício de 2009			
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Montantes Pagos - Pensões		
	Pensões Pagas	Pensões Remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2004 e anteriores	277.165,74	23.089,63	300.255,37
2005	36.001,66	134.915,51	170.917,17
2006	-91.387,18	311.258,38	219.871,20
2007	52.279,94	871.493,19	923.773,13
2008	60.198,27	1.386.664,14	1.446.862,41
2009	14.222,77	24.330,52	38.553,29
<b>TOTAL</b>	<b>348.481,20</b>	<b>2.751.751,37</b>	<b>3.100.232,57</b>

4.3. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de mercado, crédito, liquidez e operacionais

4.3.1. Risco de mercado – Risco cambial

Este risco é inexistente, uma vez que a Companhia tem todas as suas apólices emitidas em Euros.

4.3.2. Risco de crédito

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro Cedido	Valor Contabilístico	
	2010	2009
Provisão para sinistros	21.640.763,98	19.458.596,15
Outras provisões técnicas	0,00	0,00
Créditos por operações de resseguro cedido	-2.188.816,66	-958.379,76
Dívidas por operações de resseguro cedido	1.330.191,75	1.618.874,40
<b>TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>20.782.139,07</b>	<b>20.119.090,79</b>

Esta exposição máxima, encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Classificação Creditícia de Resseguradores	Valor Contabilístico	
	2010	2009
AAA	-122,98	-1.383,43
AA	20.860.343,86	20.314.296,41
A	-33.717,75	-643,40
BBB	26.565,22	-244.547,47
Sem qualificação	-70.929,29	51.368,68
<b>TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>20.782.139,07</b>	<b>20.119.090,79</b>

Do valor total em risco, um montante de 1.431.017,80 euros, encontram-se garantidos através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada em favor da MAPFRE Seguros Gerais e um valor de 167.653,90 euros encontram-se garantidos em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Em relação ao co-seguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Co-Seguro Cedido	Valor Contabilístico	
	2010	2009
Provisão para sinistros	1.535.048,21	1.680.137,27
Outras provisões técnicas	0,00	0,00
Créditos por operações de co-seguro cedido	-2.691.271,20	-1.476.420,11
Dívidas por operações de co-seguro cedido	3.141.061,23	1.201.364,30
<b>TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>1.984.838,24</b>	<b>1.405.081,46</b>

Não se dispõe à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

#### 4.3.3. Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de tesouraria suficientes. A 31 de dezembro de 2010, o saldo de tesouraria era de 2.154.968,48 euros (4.140.660,40 euros no ano anterior) e representava 2% do total de investimentos financeiros e tesouraria (3% em 31 de dezembro de 2009).

Por outro lado, todos os investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro seguinte:

Conceito	Exercício de 2010						
	Seguro Direto						
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Após o 5º ano	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos	15.242	6.577	2.826	791	252	575	26.264
Provisão para sinistros	59.302	25.587	10.996	3.079	981	2.237	102.183
Matemática	11.248	4.853	2.086	584	186	424	19.381
Outras	48.054	20.734	8.911	2.495	795	1.813	82.802
Provisão para participação nos resultados							0
Provisão para desvios de sinistralidade	1.485	641	275	77	25	56	2.558
Provisão para riscos em curso	1.563	674	290	81	26	59	2.694
Outras provisões técnicas							0
Dívidas por operações de seguro direto	4.982	221	166	111	55	0	5.535
Dívidas por operações de resseguro	2.189						2.189
<b>TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>84.762</b>	<b>33.700</b>	<b>14.554</b>	<b>4.139</b>	<b>1.339</b>	<b>2.927</b>	<b>141.423</b>

(Valores expressos em milhares de euros)

Conceito	Exercício de 2009						
	Seguro Direto						
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Após o 5º ano	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos	14.349	7.857	2.437	599	104	885	26.229
Provisão para sinistros	55.130	30.187	9.362	2.300	398	3.400	100.777
Matemática	9.921	5.432	1.685	414	72	612	18.135
Outras	45.209	24.755	7.678	1.886	326	2.788	82.642
Provisão para participação nos resultados							0
Provisão para desvios de sinistralidade	1.356	743	230	57	10	84	2.479
Provisão para riscos em curso	1.371	751	233	57	10	85	2.506
Outras provisões técnicas							0
Dívidas por operações de seguro direto	5.979	266	199	133	66	0	6.644
Dívidas por operações de resseguro	958						958
<b>TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>79.143</b>	<b>39.803</b>	<b>12.462</b>	<b>3.145</b>	<b>588</b>	<b>4.454</b>	<b>139.594</b>

(Valores expressos em milhares de euros)

#### 4.3.4. Risco operacional

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskmap, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE. A última análise do risco operacional foi levada a cabo em 2009 sendo a próxima em 2011.

Este levantamento incluiu 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: atuarial, jurídica, tecnológica, recursos humanos, procedimentos, informação, fraude, mercado e bens materiais.

Através desta ferramenta foram seleccionados 68 colaboradores, tendo em conta as suas funções e relevância, responderam a 466 questionários que foram posteriormente tratados pelo Coordenador de Riscos, obtendo-se um mapa em função da criticidade, resultante da importância e da probabilidade de ocorrência destes.

Para os riscos contidos em cada processo, que apresentem um índice de criticidade superior a 75%, é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Através do quadro seguinte (índices do ano de 2009) podemos concluir que, apesar de poderem existir alguns riscos com criticidade elevada, tal não se verifica ao nível dos processos.

Processo	Índice de Criticidade Associado
<b>GERAL</b>	<b>63,40</b>
Desenvolvimento de produtos	64,20
Emissão	65,80
Sinistros	62,80
Gestão Administrativa	53,70
Atividades Comerciais	63,30
Recursos Humanos	62,80
Comissões	59,70
Co-Seguro / Resseguro	68,20
Provisões Técnicas	57,60
Investimentos	64,10
Sistemas Tecnológicos	71,80
Atendimento ao Cliente	65,40

#### 4.4. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos, garantem uma elevada consistência na gestão de risco da companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

a) A quantificação global da exposição aos riscos

A estimação dos riscos é efetuada através de um modelo standard de fatores fixos que quantifica os riscos financeiros, os riscos de crédito e os riscos de seguros, em articulação com os requisitos do projeto Solvência II. Esta estimação efetua-se, no mínimo, uma vez por ano, sendo objetivo que se realize duas vezes.

O Grupo MAPFRE, possui uma política de capitalização e dividendos de forma a dotar cada unidade dos capitais necessários à cobertura dos riscos assumidos, segundo a qual, o capital disponível a cada momento nunca poderá ser inferior ao capital mínimo legal exigido, acrescido de uma margem de 10%.

Ao fecho do exercício 2010 a taxa de cobertura da margem de solvência foi de 303,34%.

b) A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos;

c) O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos, sugere a implementação de pontos de controlo e acompanhamento a sua implementação em prática;

d) A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização;

Esta vertente é assegurada, pela divulgação a toda a empresa da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

#### 4.5. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do bônus-malus (no caso do ramo automóvel), os quais concluíram pela suficiência das tarifas em todos os ramos, à exceção do ramo de Crédito que, no entanto, representa uma pequena parte da carteira de prémios e foi objeto da introdução de medidas de correção, a nível tarifário e de subscrição, que já fizeram notar o seu efeito durante todo o ano de 2010.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto

de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Gastos de Tramitação de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

Apresenta-se no ponto 4.2.b) III a evolução dessas matrizes do conjunto dos ramos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método "pro-rata temporis", tendo sido validadas pelo Atuário Responsável através de amostragem.

#### 4.6. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da companhia:

Exercício de 2010					
Rubrica	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	77,2%	78,6%	78,0%	-174,9%	95,7%
Rácio de custos de exploração	25,1%	25,0%	24,4%	24,1%	26,8%
Rácio combinado	102%	105%	102%	-144%	121%
Rácio operacional	98%	101%	99%	-166%	115%

\* Calculados brutos de resseguro cedido

Exercício de 2009					
Rubrica	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	71,1%	74,9%	79,8%	153,1%	32,8%
Rácio de custos de exploração	24,3%	23,4%	23,7%	29,5%	25,8%
Rácio combinado	95%	99%	101%	171%	61%
Rácio operacional	90%	92%	97%	158%	58%

\* Calculados brutos de resseguro cedido

O rácio de sinistralidade em 2010, apresenta na globalidade um aumento em relação ao exercício anterior, com uma forte incidência no segmento de "Restantes Ramos", onde estão inseridos os ramos patrimoniais, em consequência dos temporais ocorridos em 2010, em especial na zona Oeste e na Ilha da Madeira. Estes eventos afetaram também o rácio combinado e o rácio operacional.

O rácio de custos de exploração que depende, em grande parte da gestão da Companhia, situa-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior.

#### 4.7 Montantes recuperáveis

A 31 de dezembro de 2010, não existia registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).

### 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados como "Disponíveis para venda". Durante o exercício de 2010 não foram efetuadas transferências de ativos entre carteiras.

A reconciliação, dos saldos inicial e final dos instrumentos financeiros, encontra-se nos quadros seguintes:

Exercício de 2010				
Rubrica	Títulos de Dívida	Ações e Unid. de Particip.	Emp. conced. e contas a receber	Valor Contabilístico
Saldo inicial	116.763.393,04	11.839.890,48	0,00	128.603.283,52
Aquisições (a valor aquisição)	106.509.779,74	30.689.909,87		137.199.689,61
Reemb. (a valor aquisição)	3.550.000,00			3.550.000,00
Alienações (a valor aquisição)	114.704.103,65	30.384.373,20		145.088.476,85
Variação do justo valor	-8.249.740,14	-683.486,59		-8.933.226,73
Variação do custo amortizado	219.248,41			219.248,41
Juros	-352.976,54			-352.976,54
Saldo final	96.635.600,86	11.461.940,56	0,00	108.097.541,42

Exercício de 2009				
Rubrica	Títulos de Dívida	Ações e Unid. de Particip.	Emp. conced. e contas a receber	Valor Contabilístico
Saldo inicial	106.544.129,18	13.677.335,89	6.820.483,07	127.041.948,14
Aquisições (a valor aquisição)	117.843.363,00	33.298.296,55		151.141.659,55
Reemb. (a valor aquisição)	2.900.570,45			2.900.570,45
Alienações (a valor aquisição)	106.380.696,85	39.244.416,81		145.625.113,66
Transf. (a valor aquisição)				0,00
Variação do justo valor	1.896.647,27	4.108.674,85		6.005.322,12
Variação do custo amortizado	-77.703,44			-77.703,44
Juros	-161.775,67		-24.682,23	-186.457,90
Outros aumentos			18.984.415,92	18.984.415,92
Outras diminuições			25.780.216,76	25.780.216,76
Saldo final	116.763.393,04	11.839.890,48	0,00	128.603.283,52

6.1. No anexo 1 às notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros (anexo 1), no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no balanço em "ativos financeiros disponíveis para venda".

No que concerne aos títulos de dívida pública de Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda o nosso entendimento é que não há incumprimento objetivo, visto não ter ocorrido qualquer suspensão de pagamentos, e existem também informações adicionais, como é o caso do recurso ao apoio do Fundo Europeu de Estabilização Financeira e ao FMI, que permitem um posicionamento otimista em relação à evolução futura.

Apresentamos abaixo a percentagem de exposição aos títulos de dívida pública dos países acima referenciados em relação ao total do investimento da Companhia em participações e instrumentos financeiros:

Exercício de 2010		
Rubrica	Valor Balanço	% de exposição s/o total de Participações e Instrumentos Financeiros
1.1 - Títulos nacionais		
1.1.1 - Títulos de dívida		
1.1.1.1 - De dívida pública		
REPÚBLICA DE PORTUGAL	5.952.653,43	5,5%
2.1 - Títulos estrangeiros		
2.1.1 - Títulos de dívida		
2.1.1.1 - De dívida pública		
TESOURO PÚBLICO - ESPANHA	31.428.900,17	29,1%
REPÚBLICA DA GRÉCIA	3.643.424,94	3,4%
GOVERNO DA IRLANDA	4.908.357,56	4,5%
TOTAL	45.933.336,10	42,5%

- Justo valor

#### 6.11. Métodos de apuramento do justo valor

a) No ponto 3.1.3., são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia. Detalham-se nos parágrafos seguintes, os procedimentos adotados com vista à metodologia de determinação do justo valor dos títulos de dívida:

b) Os títulos de rendimento fixo, estão valorizados consoante o processo que abaixo se descreve, à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg ou à cotação encontrada através de um modelo interno:

- Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o spread implícito sobre a curva swap euro;
- Automaticamente é realizado um controlo para detetar se o spread se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao spread médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o spread e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o spread médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa swap adicionada do spread considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, procede-se à análise se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista

um mercado ativo;

- Se isso se verifica, então aplica-se um spread "fixo", determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes spreads são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa swap adicionada do spread "fixo" obtém-se a cotação de valorização do título.

Em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade e a Circular nº. 11/2008, de 16 de dezembro, a MAPFRE Seguros Gerais, adota este processo em virtude do funcionamento atual dos mercados implicar um efeito de volatilidade excessiva de alguns títulos.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
ES0314600158	CAJA DE AHORROS DE MURCIA
PTBERU1E0015	BANCO ESPIRITO SANTO
XS0370846973	COMMERZBANK, A.G. FRANKFURT
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC-L
ES0000012260	TESORO PUBLICO

Existem ainda alguns títulos cuja valorização, não sendo calculada através do modelo interno já referido, não apresentam exactamente a cotação de fecho dos mercados que aparece na Bloomberg. Esta valorização foi calculada com a média da cotação de um determinado período, incluindo o valor da cotação do dia 31/12/2010. Tendo em conta a volatilidade as diferenças não são significativas.

ISIN	Nome do emissor
ES0314400187	CAJA DE AHORROS DEL MEDITERRANEO
ES0314840184	CAIXA D'ESTALVIS CATALUÑA TARRAGONA
ES0314843329	CAJA DE AHORROS DE GALICIA
ES0414840274	CAIXA D'ESTALVIS CATALUÑA TARRAGONA

Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização, com referência aos exercícios de 2010 e 2009:

Conceito	Exercício de 2010			
	Justo Valor - Níveis de Valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	TOTAL
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	10.292.549,70	0,00	-	10.292.549,70
Unidades participação em fundos de investimento	0,00	1.169.390,86	-	1.169.390,86
Títulos de dívida pública	44.230.800,06	1.702.536,04	-	45.933.336,10
Títulos de outros emissores	45.379.731,48	5.322.533,28	-	50.702.264,76
TOTAL	99.903.081,24	8.194.460,18	-	108.097.541,42

Exercício de 2010				
Conceito	Justo Valor - Níveis de Valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	TOTAL
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>				
Ações	10.323.129,97	0,00	-	10.323.129,97
Unidades participação em fundos de investimento	0,00	1.516.760,51	-	1.516.760,51
Títulos de dívida pública	42.921.895,35	2.239.113,72	-	45.161.009,07
Títulos de outros emissores	71.602.383,97	0,00	-	71.602.383,97
<b>TOTAL</b>	<b>124.847.409,29</b>	<b>3.755.874,23</b>	<b>-</b>	<b>128.603.283,52</b>

Nos termos da IFRS 7, os ativos financeiros disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – quando os investimentos são valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por “providers” e que

essas cotações traduzam liquidez e profundidade na formação dessas cotações.

- Nível 2 – quando os ativos financeiros são valorizados através de modelos de avaliação sustentados em variáveis de mercado observáveis.

- Nível 3 – quando os ativos financeiros são valorizados com base em modelos de avaliação suportados por dados não sustentados por evidências de mercado.

No quadro seguinte mostra-se o detalhe dos investimentos financeiros detidos pela companhia à data de encerramento do exercício e do exercício anterior:

Exercício de 2010					
Tipo de Ativo	Valor Contabilístico				
	Aquisição	Custo Amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Total
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	113.045.095,52	31.668,93	-6.753.452,53	1.774.229,50	108.097.541,42
Ações	10.389.291,15		-96.741,45		10.292.549,70
Unidades participação em fundos de investimento	1.123.201,69		46.189,17		1.169.390,86
Títulos de dívida pública	50.386.455,19	30.239,26	-5.237.713,51	754.355,16	45.933.336,10
Títulos de outros emissores	51.146.147,49	1.429,67	-1.465.186,74	1.019.874,34	50.702.264,76
Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>113.045.095,52</b>	<b>31.668,93</b>	<b>-6.753.452,53</b>	<b>1.774.229,50</b>	<b>108.097.541,42</b>

Exercício de 2009					
Tipo de Ativo	Valor Contabilístico				
	Aquisição	Custo Amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Total
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	124.483.882,76	-187.579,48	2.179.774,20	2.127.206,04	128.603.283,52
Ações	9.629.821,98		693.307,99		10.323.129,97
Unidades participação em fundos de investimento	1.577.134,19		-60.373,68		1.516.760,51
Títulos de dívida pública	44.621.297,68	-23.562,42	641,59	562.632,22	45.161.009,07
Títulos de outros emissores	68.655.628,91	-164.017,06	1.546.198,30	1.564.573,82	71.602.383,97
Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>124.483.882,76</b>	<b>-187.579,48</b>	<b>2.179.774,20</b>	<b>2.127.206,04</b>	<b>128.603.283,52</b>

- Contabilidade de cobertura

No exercício de 2010, a Companhia não utilizou instrumentos de cobertura

- Natureza e extensão dos riscos resultantes dos instrumentos financeiros

#### 6.16. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a MAPFRE baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

Não obstante, assume um certo grau de risco de mercado, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco, é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

- b) Risco de câmbio

A exposição a este risco, apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

- c) Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado, que não os anteri-

ores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco, se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

#### 6.17. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por tipo de risco

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Exercício de 2010					
Classificação Creditícia dos Emissores	Valor Mercado				
	Estado	Bancos e Instituições Financeiras	Seguradoras	Outros	Total
AAA	0,00	12.070.302,29	0,00	530.795,29	12.601.097,58
AA	35.794.982,87	11.478.894,12	442.052,06	3.478.685,57	51.194.614,62
A	10.861.010,99	11.994.799,15	0,00	2.367.889,63	25.223.699,77
BBB	0,00	3.816.331,63	0,00	156.432,32	3.972.763,95
BB ou menor	3.643.424,94	0,00	0,00	0,00	3.643.424,94
Sem qualificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>50.299.418,80</b>	<b>39.360.327,19</b>	<b>442.052,06</b>	<b>6.533.802,81</b>	<b>96.635.600,86</b>

Exercício de 2009					
Classificação Creditícia dos Emissores	Valor Mercado				
	Estado	Bancos e Instituições Financeiras	Seguradoras	Outros	Total
AAA	12.872.538,48	21.730.975,14	2.588.652,41	0,00	37.192.166,03
AA	13.596.095,37	18.272.165,64	573.834,09	7.131.588,71	39.573.683,81
A	22.493.538,48	4.462.332,70	0,00	8.534.729,54	35.490.600,72
BBB	1.243.697,84	695.535,59	0,00	2.567.709,05	4.506.942,48
BB ou menor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem qualificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	50.205.870,17	45.161.009,07	3.162.486,50	18.234.027,30	116.763.393,04

Os instrumentos financeiros encontram-se classificados de acordo com o seguinte quadro:

Exercício de 2010			
Tipo de ativo	Valor Contabilístico		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos concedidos e contas a receber	Total
Ações	10.292.549,70		10.292.549,70
Unidades participação em fundos de investimento	1.169.390,86		1.169.390,86
Títulos de dívida pública	45.933.336,10		45.933.336,10
Títulos de outros emissores	50.702.264,76		50.702.264,76
Outros depósitos		0,00	0,00
TOTAL	108.097.541,42	0,00	108.097.541,42

Exercício de 2009			
Tipo de ativo	Valor Contabilístico		
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos concedidos e contas a receber	Total
Ações	10.323.129,97		10.323.129,97
Unidades participação em fundos de investimento	1.516.760,51		1.516.760,51
Títulos de dívida pública	45.161.009,07		45.161.009,07
Títulos de outros emissores	71.602.383,97		71.602.383,97
Outros depósitos		0,00	0,00
TOTAL	128.603.283,52	0,00	128.603.283,52

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para valores de rendimento fixo, e o VaR (valor em risco) para o rendimento variável.

No quadro abaixo detalha-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Exercício de 2010									
Tipo de ativo	Saldo Final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/venda									
Títulos de dívida	96.636	8.772	13.237	8.569	13.486	12.814	39.758	5.3083	3.7532
Carteira a vencimento									
Outros depósitos *									
TOTAL	96.636	8.772	13.237	8.569	13.486	12.814	39.758	-	-

(Valores expressos em milhares de euros)  
\* Aplicações a curto prazo com vencimento inferior a 1 ano.

Exercício de 2009									
Tipo de ativo	Saldo Final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/venda									
Títulos de dívida	116.763	5.582	13.721	14.021	14.437	31.120	37.882	3.3455	4.2008
Carteira a vencimento									
Outros depósitos *									
TOTAL	116.763	5.582	13.721	14.021	14.437	31.120	37.882	-	-

(Valores expressos em milhares de euros)  
\* Aplicações a curto prazo com vencimento inferior a 1 ano.

A duração modificada, reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro.

No seguinte quadro, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Exercício de 2010					
Tipo de Moeda	Valor Contabilístico				
	Ações	Unidades particip fundos invest	Títulos de dívida	Outros depósitos	Total
Euro	9.387.531,89	1.169.390,86	96.635.600,86	0,00	107.192.523,61
Franco Suíço	905.017,81				905.017,81
TOTAL	10.292.549,70	1.169.390,86	96.635.600,86	0,00	108.097.541,42

Exercício de 2009					
Tipo de Moeda	Valor Contabilístico				
	Ações	Unidades particip fundos invest	Títulos de dívida	Outros depósitos	Total
Euro	9.404.010,44	1.516.760,51	116.763.393,04	0,00	127.684.163,99
Franco Suíço	919.119,53				919.119,53
TOTAL	10.323.129,97	1.516.760,51	116.763.393,04	0,00	128.603.283,52



O seguinte quadro, reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

Exercício de 2010		
Carteira Disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	11.46	5.107
TOTAL	11.46	5.107

(Valores expressos em milhões de euros)

Exercício de 2009		
Carteira Disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	11.84	5.795
TOTAL	11.84	5.795

(Valores expressos em milhões de euros)

## 7. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Apresentamos no quadro abaixo o detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Exercício de 2010	
Entidade	Valor
Investimentos em filiais, associadas, e empreendimentos conjuntos	
MAPFRE Seguros de Vida, S.A.	17.500.000,00
Finibanco Vida, S.A.	4.055.981,00
TOTAL	21.555.981,00

Exercício de 2009	
Entidade	Valor
Investimentos em filiais, associadas, e empreendimentos conjuntos	
MAPFRE Seguros de Vida, S.A.	7.492.500,00
Finibanco Vida, S.A.	15.000.000,00
TOTAL	22.492.500,00

7.1. Em 29 de dezembro de 2009, a MAPFRE Seguros Gerais, adquiriu 50% do capital e o controlo da gestão da Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., e registou no ativo na rubrica “investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”, e no passivo na rubrica “outros credores”, o montante de 15.000.000,00 de euros (quinze milhões), referente ao preço contratado na compra e venda das ações da Finibanco Vida, composto por um “Pagamento

Inicial de Valor Fixo” de 10.000.000,00 de euros (dez milhões) e um “pagamento Complementar de Valor Variável” de 5.000.000,00 de euros (cinco milhões), estabelecido em acordo por ambas as partes, à raiz das avaliações que cada uma delas fez de forma interna e sem intervenção de entidades externas ou independentes.

As condições de pagamento do preço acordado para as Ações compreendem um Pagamento Inicial de Valor Fixo, um Pagamento Complementar de Valor Fixo e um Pagamento Complementar de Valor Variável, correspondendo portanto a três pagamentos:

a) O Pagamento Inicial de Valor Fixo será de 9.000.000,00 € (nove milhões de euros), em dinheiro, a liquidar na data em seja obtida a não oposição à transação por parte das autoridades competentes, e determina, sem outra condição ou reserva, a transferência imediata da plena titularidade das Ações e de todos os seus direitos;

b) O Pagamento Complementar de Valor Fixo será de 1.000.000,00 € (um milhão de euros), em dinheiro, a liquidar depois de decorrido um ano sobre a data do pagamento inicial de valor fixo;

c) O Pagamento Complementar de Valor Variável (terceiro e último pagamento), também em dinheiro, será o resultado de multiplicar a “Relação do crescimento do AEV 2009-2013 “Conseguido/Previsto” pelo valor de referência estabelecido em 5.594.834,00 €. Este valor corresponde à capitalização de 5.000.000,00 € desde 31.12.2009 até 31.12.2013. A “Relação do Crescimento do AVE 2009 – 2013 Conseguido/Previsto” será calculada nos termos do anexo VI do contrato de compra e venda (Metodologia de Cálculo do Pagamento Complementar de Valor Variável). No entanto estabelece-se que se esta relação for superior aos 200%, dará origem a um pagamento máximo de 11.189.668,00 € (200% x 5.594.834,00 €). Os cálculos relativos ao AEV serão realizados pela Entidade de Cálculo.

O método de avaliação, dado tratar-se de uma entidade seguradora de Vida, baseou-se no valor do Embedded Value (Valor intrínseco da carteira de apólices) acrescido de um valor adicional correspondente ao potencial de criação de valor futuro para os acionistas, em base aos dados disponibilizados pela própria Finibanco Vida e posteriormente confirmados pela MAPFRE Seguros Gerais no processo de Due Diligence (Revisão aprofundada de todos os aspetos e contas da Companhia).

No exercício de 2010, com base no relatório sobre o “European Embedded Value” (EEV), da Finibanco Vida, a 31 de dezembro de 2009, a Companhia procedeu à alocação do preço de aquisição da participação contabilizada no exercício de 2009, na rubrica de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos no valor de 15.000.000,00 euros relativo à compra de 50% do capital da Finibanco Vida, S.A., da seguinte forma:

Exercício de 2010	
Reclassificação da Participação	Valor
Participação em filial - Capitais próprios ajustados ao negócio (CPA)	4.055.981,00
Ativo intangível - Value In-Force (VIF) do negócio	5.888.449,00
Goodwill (Nota 12)	5.055.570,00
TOTAL	15.000.000,00

Em 31 de dezembro de 2009, a MAPFRE Seguros Gerais e a Finibanco Holding – SGPS, S.A. eram os acionistas da Finibanco Vida, S.A., com 50% do capital cada.

A Finibanco Holding – SGPS, S.A., passou a ser detida pela Associação Mutualista Montepio Geral em 99,63%, em resultado da OPA concretizada em 29 de novembro de 2010.

No final do mês de dezembro de 2010 e no seguimento da conclusão da operação de oferta pública de aquisição lançada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista sobre a Finibanco Holding, SGPS, S.A., a MAPFRE Seguros Gerais, por sua vez, formalizou junto da nova sociedade adquirente a opção de saída, por reversão da operação, prevista na Cláusula 19ª do Pacto de Acionistas celebrado em 29 de dezembro de 2009, invocando como razão para aquela reversão a verificação da ocorrência constante da alínea b) do ponto 1. da referida Cláusula – Alteração de controlo. Em consequência, e não existindo posteriores desenvolvimentos, não é possível antecipar se do desfecho deste processo irão resultar impactos relevantes na atividade futura da Finibanco Vida.

7.2. No exercício de 2009, a MAPFRE Seguros Gerais, participou maioritariamente no capital da sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., Sociedade esta que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a norma de autorização nº. 1/2009-A, de 12 de junho de 2009, emitida pelo Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que iniciou a sua atividade no exercício de 2010.

A Companhia procedeu, no exercício de 2010 a um aumento de capital na sociedade Mapfre Seguros de Vida, S.A., em que é acionista maioritária, pelo montante de 10.000.000,00 de euros (dez milhões), sociedade que passou a ter um capital social de 17.500.000,00 euros (dezassete milhões).

7.3. As partes de capital em empresas associadas e subsidiárias foram inicialmente registadas nas demonstrações financeiras da companhia pelo método do custo.

O valor do Capital próprio da Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., à data de 31 de dezembro de 2010 é de 6.613.296,56 euros.

7.3.1. No caso da Finibanco Vida, em 31 de dezembro de 2010 foi avaliada o valor do pagamento contingente a pagar em 2013, tendo em conta

a projeção da performance da Companhia e feito o teste de imparidade do “goodwill”, tendo se concluído não ser necessário o registo de imparidade.

O valor do pagamento contingente a pagar em 2013 foi apurado segundo o “European Embedded Value” (EEV) ajustado à produção nova prevista para o período de 2011 a 2013. Foram consideradas para este efeito as projeções de receita processada da Finibanco Vida para este período.

O teste de imparidade do goodwill foi baseado no “European Embedded Value” (EEV) a 31 de dezembro de 2010 donde resultou um valor cerca de 23,6 milhões de euros.

No “European Embedded Value” (EEV) ajustado e no “European Embedded Value” (EEV) foram utilizados os seguintes pressupostos gerais:

Data da Valoração - A valoração foi feita com data de 31.12.2010, não se tendo considerado nenhuma informação decorrente do período entre a data de elaboração do relatório, 23 de Dezembro de 2010, e a data da valoração.

“Model Points” - Todos os produtos foram projetados considerando “model points” e até à sua extinção. Foram incluídos nesta evolução os efeitos da mortalidade, transferências, resgates e vencimentos dos contratos, para contratos correspondentes à idade média dos segurados e à maturidade média do produto.

Capitais Requeridos - Foram considerados como capitais requeridos para cada produto, os decorrentes da legislação em vigor:

- Produtos com Morte e Invalidez, cerca de 0.01% e 0.015% dos capitais em risco, consoante a sua duração (2.9% do total no primeiro caso e o remanescente no segundo);
- Produtos Financeiros com Risco da Empresa: 4% das provisões matemáticas; e
- Produto Unit Linked com Risco do Tomador do Seguro: 1% das provisões matemáticas.

Taxa de Juro sem Risco - Foi considerada como taxa de juro sem risco a Euro Swap Rate Curve de 17 de dezembro de 2010.

Rendimentos Financeiros Futuros - Foram considerados como rendimentos financeiros futuros um valor de acordo com os atuais “Gross Redemption Yields” de 4.25%.

Inflação Futura - Foi assumida uma inflação futura, incluindo aqui as despesas da empresa, de 1.5%. Relativamente aos prémios regulares futuros assumiu-se uma inflação futura de 0% (sem indexação).

Impostos sobre Lucros - A taxa de IRC considerada, sobre os lucros da empresa foi de 25%.

Modelização dos Produtos - Na modelização de todos os produtos foram consideradas as respetivas Bases Técnicas, tendo-se apenas reduzido os custos de subscrição dos produtos nas versões existentes para colaboradores.

Os pressupostos específicos considerados foram os seguintes:

Mortalidade - Foram assumidas as seguintes percentagens da GKM80 para as modalidades de seguros a seguir indicadas (incluindo as suas variantes previstas para o período de 2010 em diante):

- Crédito à Habitação, 55%;
- Crédito Pessoal, 55%;
- Proteção Vida e Proteção Empresário, 60%;
- Vida Grupo, 65%;
- Finicrédito, 55%.

Invalidez - Foram consideradas as seguintes percentagens de mortalidade, no que respeita às tarifas constantes das bases técnicas:

- Invalidez Absoluta e Definitiva, 60%;
- Invalidez Total e Definitiva, 70%.

Resseguro - Foram assumidos como inalterados no futuro os atuais tratados de resseguro da empresa, tendo-se considerado que as sinistralidades bruta e líquida de resseguro cedido seriam iguais.

Transferências de Contratos - Em todos os produtos de crédito à habitação assumiu-se uma taxa de transferências de contratos de 2%. As transferências de contratos de produtos financeiros foram consideradas nos resgates.

Resgates de Produtos Financeiros - Dado o reduzido histórico da Companhia, não foram assumidas taxas diferenciadas de resgates por antiguidade do produto ou dos contratos, mas taxas médias por produto.

Custos de Gestão - Os custos de gestão da empresa foram considerados tendo em conta o tipo de contrato, novo ou carteira e o tipo de produto, de Risco ou Financeiro.

Evolução do Capital Seguro dos Produtos de Crédito à Habitação - Considerou-se que os capitais seguros associados ao crédito à habitação, iriam decrescer com a evolução do capital em dívida do crédito associado. Para estimar este valor, foi usada formulação das rendas financeiras para uma taxa de juro de acordo com a Swap Curve acrescida de 100bp. Foi também considerado no cálculo deste fator a duração média dos empréstimos.

Produção Futura - Tendo em vista o cálculo do EEV Ajustado à produção nova prevista para 2011- 2013, considerou-se, o número de contratos, por variante dos produtos, implícitos nas projeções disponibilizadas pela Finibanco Vida.

7.3.2. No caso da MAPFRE Seguros de Vida foi feito o teste de imparidade à participação através do cálculo do "European Embedded Value" (EEV) a 31 de dezembro de 2010, do qual resultou um valor cerca de 23,6 milhões de euros, pelo que não foi registado qualquer valor a título de imparidade.

## 8. CAIXA E EQUIVALENTE E DEPÓSITOS À ORDEM

8.1. Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo total dos saldos das contas bancárias. O caixa apresenta saldos zero, porque todos os valores são depositados em banco antes do encerramento do período, conforme descrito no ponto 3.1.1.

Componentes de Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	2010	2009
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	2.154.968,48	4.140.660,40
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Total dos componentes de caixa e seus equivalentes no fim do período	2.154.968,48	4.140.660,40

## 9. TERRENOS E EDIFÍCIOS

9.1. O modelo de valorização aplicado aos terrenos e edifícios é o modelo do custo.

9.2 Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, em terrenos e edifícios, estão registados na conservatória do registo predial em nome da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., e foram adquiridos para uso próprio, com o objetivo de ampliar a rede de balcões da companhia.

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão direto, pela falta de rentabilidade, se balcão delegado, pela saída do delegado.

9.3. Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e vidas úteis utilizados relativamente a esta rubrica estão descritos na nota 3.

9.4. Apresentamos no quadro abaixo, os valores brutos e as respetivas depreciações e imparidades no início e no final do período.

Exercício de 2010			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / Imparidades	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios			
Saldo inicial	20.307.665,83	4.004.290,42	16.303.375,41
Saldo final	20.109.818,94	4.435.351,61	15.674.467,33

Exercício de 2009			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / Imparidades	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios			
Saldo inicial	20.307.665,83	3.439.221,71	16.862.875,76
Saldo final	20.307.665,83	4.004.290,42	16.303.375,41

9.5. Demonstra-se nos quadros abaixo, a reconciliação entre os valores, no início e no fim do período, para o exercício de 2010 e 2009:

Exercício de 2010			
Rubrica	De Uso Próprio	De Rendimento	Total
<b>Valor de Aquisição</b>			
Saldo inicial	19.651.553,90	656.111,93	20.307.665,83
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Beneficiações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-130.317,83	130.317,83	0,00
Alienações	-197.846,89	0,00	-197.846,89
Edifícios em curso	0,00	0,00	0,00
Saldo final	19.323.389,18	786.429,76	20.109.818,94
<b>Depreciações Acumuladas</b>			
Saldo inicial	3.243.958,07	131.393,86	3.375.351,93
Depreciações	292.033,31	10.500,90	302.534,21
Transferências	-27.050,33	27.050,33	0,00
Alienações	-49.887,23	0,00	-49.887,23
Saldo final	3.459.053,82	168.945,09	3.627.998,91
<b>Imparidades</b>			
Saldo inicial	621.085,95	7.852,54	628.938,49
Movimento do ano	178.414,21	0,00	178.414,21
Transferências	0,00	0,00	0,00
Saldo final	799.500,16	7.852,54	807.352,70
<b>Valor Líquido</b>			
Saldo inicial	15.786.509,88	516.865,53	16.303.375,41
Saldo final	15.064.835,20	609.632,13	15.674.467,33

Exercício de 2009			
Rubrica	De Uso Próprio	De Rendimento	Total
<b>Valor de Aquisição</b>			
Saldo inicial	19.840.876,09	461.221,38	20.302.097,47
Aquisições	458.707,50	0,00	458.707,50
Beneficiações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-194.890,55	194.890,55	0,00
Alienações	-326.779,14	0,00	-326.779,14
Edifícios em curso	-126.360,00		-126.360,00
Saldo final	19.651.553,90	656.111,93	20.307.665,83
<b>Depreciações Acumuladas</b>			
Saldo inicial	3.056.712,92	81.692,64	3.138.405,56
Depreciações	300.684,68	7.867,18	308.551,86
Transferências	-41.834,04	41.834,04	0,00
Alienações	-71.605,49	0,00	-71.605,49
Saldo final	3.243.958,07	131.393,86	3.375.351,93
<b>Imparidades</b>			
Saldo inicial	300.816,15		300.816,15
Movimento do ano	328.122,34		328.122,34
Transferências	-7.852,54	7.852,54	0,00
Saldo final	621.085,95	7.852,54	628.938,49
<b>Valor Líquido</b>			
Saldo inicial	16.483.347,02	379.528,74	16.862.875,76
Saldo final	15.786.509,88	516.865,53	16.303.375,41

9.6 O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base, avaliações e pareceres efetuados por peritos avaliadores em referência a 31 de dezembro de 2010.

Exercício de 2010				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / Imparidades	Valor Líquido	Valor Mercado
De uso próprio	19.323.389,18	4.258.553,98	15.064.835,20	20.121.089,00
De rendimento	786.429,76	176.797,63	609.632,13	837.690,00
TOTAL	20.109.818,94	4.435.351,61	15.674.467,33	20.958.779,00

Exercício de 2009				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / Imparidades	Valor Líquido	Valor Mercado
De uso próprio	19.651.553,90	3.865.044,02	15.786.509,88	20.806.200,00
De rendimento	656.111,93	139.246,40	516.865,53	721.000,00
TOTAL	20.307.665,83	4.004.290,42	16.303.375,41	21.527.200,00

9.7. A Companhia não possui, à data de 31 de dezembro de 2010, terrenos e edifícios no regime de locação operacional.

9.8. Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

Exercício de 2010		
Edifício de Rendimento	Rendimentos de Rendas	Gastos Operacionais Diretos (incl. Repar. e Manut.)
Edifício - Rua 5 de Outubro Fr.B-28 Vale Mansos - Coruche	2.604,00	256,34
Edifício - Av. Melo e Sousa, Bloco-23, 3º, Aptº 231 - Estoril	13.158,40	105,60
Edifício - Praça do Município, r/c-B - Águeda	6.000,00	357,36
Edifício - Av. Paulo VI - Rio Maior	7.200,00	198,44
Edifício - Rua Pereira de Sousa, nº 5 A/B - Lisboa	4.000,00	656,86
TOTAL	32.962,40	1.574,60

Exercício de 2009		
Edifício de Rendimento	Rendimentos de Rendas	Gastos Operacionais Diretos (incl. Repar. e Manut.)
Edifício - Rua 5 de Outubro Fr.B-28 Vale Mansos - Coruche	1.688,00	248,64
Edifício - Av. Melo e Sousa, Bloco-23, 3º, Aptº 231 - Estoril	19.513,60	112,20
Edifício - Praça do Município, r/c-B - Águeda	4.000,00	346,56
Edifício - Av. Paulo VI - Rio Maior	5.268,00	158,73
TOTAL	30.469,60	866,13

9.9. À data de 31 de dezembro de 2010, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos.

9.10. A Companhia não dispõe de casos, em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

9.11. Em referência a 31 de dezembro de 2010 não existem ativos dados como garantia de passivos.

9.12. As quantias relativas a dispêndios com ativos no decurso da sua construção, estão totalmente escrituradas na rubrica “edifícios em curso” até à data da sua conclusão.

9.13. Não existe à data de encerramento das contas do exercício de 2010, quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios.

9.14. A Companhia não tem qualquer quantia incluída, em ganhos e perdas relativa a compensação de terceiros, relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.

## 10. OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Conforme descrito na nota 3, os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	N.º ANOS
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outro equipamento	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 199,52 € são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Estes critérios não sofreram alteração no exercício de 2010.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Exercício de 2010						
Outros Ativos Tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento						
Equipamento administrativo	246.710,10	9.187,99	-941,35	50.590,45	4.634,71	201.614,28
Máquinas e ferramentas	60.818,30	2.602,30	29.477,24	35.333,45	-36.315,10	34.925,01
Equipamento informático	36.964,31	27.513,01	-40.425,03	16.631,52	35.135,75	53.135,08
Instalações interiores	244.506,73	81.772,09	252,27	14.183,42	50.485,42	261.357,71
Outro equipamento	136.868,67	694,26	184,54	10.617,26	29.122,62	97.638,51
Outros ativos tangíveis	370.263,76	0,00	0,00	0,00	41.727,72	328.536,04
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	322.373,29	290.818,44	30.659,53	340.111,93	0,00	242.420,27
TOTAL	1.424.575,18	412.588,09	19.207,20	467.468,03	124.791,12	1.225.696,92

Exercício de 2009						
Outros Ativos Tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento						
Equipamento administrativo	271.052,89	43.419,82	-5.973,66	0,00	61.788,95	246.710,10
Máquinas e ferramentas	82.680,28	5.864,60	-5.306,69	0,00	22.419,89	60.818,30
Equipamento informático	84.867,07	22.927,37	-24.967,51	0,00	45.862,62	36.964,31
Instalações interiores	276.963,30	37.793,83	0,00	0,00	70.250,40	244.506,73
Outro equipamento	161.176,74	14.280,01	-2.421,11	0,00	36.166,97	136.868,67
Outros ativos tangíveis	419.230,11	0,00	0,00	0,00	48.966,35	370.263,76
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	60.146,54	452.028,49	-189.801,74	0,00	0,00	322.373,29
TOTAL	1.362.186,95	576.314,12	-228.470,71	0,00	285.455,18	1.424.575,18

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias dispendidas no decurso da construção dos ativos, encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos tangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

Não existe qualquer item de “Outros ativos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)” em imparidade ou cedido.

## 11. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

Os investimentos e os outros ativos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas, como demonstrado no quadro abaixo:

Exercício de 2010	
Rubrica	Seguros não vida
Caixa e equivalentes	2.154.968,48
Terrenos e edifícios	20.958.779,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	108.097.541,42
Parte dos resseguradores nas provisões técnicas	1.431.017,80
Créditos sobre tomadores de seguros	1.055.552,74
Outros ativos tangíveis	195.441,33
Outros ativos	5.843.829,00
TOTAL	139.737.129,77

Exercício de 2009	
Rubrica	Seguros não vida
Caixa e equivalentes	4.140.660,40
Terrenos e edifícios	16.297.870,41
Ativos financeiros disponíveis para venda	128.603.283,52
Outros ativos tangíveis	219.226,37
Outros ativos	6.008.213,38
TOTAL	155.269.254,08

## 12. ATIVOS INTANGÍVEIS

12.1. O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis é o modelo do custo.

12.2. As despesas com aplicações informáticas e o Value In-Force (VIF) do negócio do Finibanco Vida, S.A., São os únicos tipos de ativo intangível, registado nas demonstrações financeiras, à data de encerramento do exercício.

As amortizações de aplicações informáticas são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de 3 anos.

As amortizações do Value In-Force (VIF) do negócio do Finibanco Vida, S.A., são efetuadas pelo valor resultante do estudo efetuado referente à evolução do mesmo nos anos futuros.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Exercício de 2010					
Outros Ativos Intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	427.007,94	40.752,57	-19.207,20	243.883,51	243.084,20
Outros Ativos Intangíveis (Nota 7.1)	0,00	5.888.449,00	0,00	812.429,00	5.076.020,00
<b>TOTAL</b>	<b>427.007,94</b>	<b>5.929.201,57</b>	<b>-19.207,20</b>	<b>1.056.312,51</b>	<b>5.319.104,20</b>

Exercício de 2009					
Outros Ativos Intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	594.353,62	225.498,62		392.844,30	427.007,94
<b>TOTAL</b>	<b>594.353,62</b>	<b>225.498,62</b>	<b>0,00</b>	<b>392.844,30</b>	<b>427.007,94</b>

### 13. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DO ATIVO

#### 13.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões:

Exercício de 2010				
Rubrica	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	2.304.176,98	0,00	765.717,13	1.538.459,85
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores com aplicações informáticas	512.746,91	0,00	128.124,87	384.622,04
Outras Provisões				
Impostos	1.249.473,98	0,00	0,00	1.249.473,98
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício de 2009				
Rubrica	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	3.021.492,95	0,00	717.315,97	2.304.176,98
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores com aplicações informáticas	293.391,39	219.355,52	0,00	512.746,91
Outras Provisões				
Impostos	1.249.473,98	0,00	0,00	1.249.473,98
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

13.2. A provisão para recibos por cobrar, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

A Companhia realizou, nos exercícios anteriores e no próprio exercício de 2010, estimativas do impacto que resultaria nesta provisão, caso a

mesma fosse determinada com base na Norma 16/2006-R do ISP, os quais indiciam que ocorreria uma diminuição da provisão registada.

Para os mesmos exercícios, estimou igualmente o impacto que teria nas suas contas, a anulação dos contratos que possuem recibos pendentes de cobranças com antiguidade superior a 27 dias, os quais indiciam um impacto negativo nos resultados que compensaria parcialmente o impacto da aplicação da Norma 16/2006-R do ISP. Nestas circunstâncias,

a Companhia optou por manter a provisão nas contas de acordo com o estabelecido na Norma 13/2000-R do ISP.

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, co-seguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

Em provisão para impostos, está incluída a provisão constituída para uma contingência fiscal em sede de IVA, resultante de uma notificação recebida da Direcção Geral dos Impostos, contestada pela Companhia e relativa a liquidação adicional de IVA dos anos de 1992 a 1996 e respetivos juros compensatórios e de mora, no montante de 1.225.686,88 euros.

O valor remanescente desta provisão, respeita ao montante de impostos adicionais liquidados no ano de 2006, em resultado da fiscalização efetuada pela DGI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela MAPFRE.

13.3. A Companhia não possui quaisquer contratos de seguro, com garantias suspensas e não possui quaisquer reembolsos pendentes de cobranças, dado que, conforme descrito na nota 3 os reembolsos só são registados pela sua cobrança efetiva.

Exercício de 2010					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Comissões de mediação e corretagem	2.304.803,01	5.096.970,53	85.667,10	2.800.532,47	10.287.973,11

Exercício de 2009					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Comissões de mediação e corretagem	2.022.994,30	4.782.716,17	241.394,61	2.648.122,78	9.695.227,86

### 14. PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

14.1. A MAPFRE Seguros Gerais encerrou o exercício de 2010, reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 102.760.242,53.

14.3. Os prémios referidos no ponto anterior, são totalmente provenientes de contratos de seguro não vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o anexo 4 a estas notas.

### 15. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO

15.1. No ponto 3.1.16., São descritos os critérios contabilísticos adotados relativamente à rubrica de comissões.

15.2. O montante das comissões de mediação e corretagem relativa ao seguro direto, contabilizadas no exercício de 2010 foi de 10.287.973,11 Euros, distribuído pelos segmentos mencionados no ponto 2:

Nestas contas, para além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (Profit Commissions), que ascenderam no exercício de 2010 a 851.720,39 euros e no exercício de 2009 a 563.187,15 euros.

### 16. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

16.1. As políticas de reconhecimento dos créditos estão descritas na Nota 3.

16.2. Informação por categoria de investimento dos rendimentos e gastos financeiros.

16.2.1. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas, compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta, o regime contabilístico do acréscimo. Estão lançados nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2010			
Rendimentos / Réditos	Instrumentos Financeiros	Terrenos e Edifícios	Total
De ativos disponíveis para venda	4.934.097,18	0,00	4.934.097,18
de juros de títulos de dívida	4.346.420,08		4.346.420,08
dividendos de ações	483.814,04		483.814,04
rendimento custo amortizado	103.863,06		103.863,06
De outros	7.245,08	32.962,40	40.207,48
de juros de depósitos em bancos	7.245,08		7.245,08
de rendas de Edifícios de rendimento		32.962,40	32.962,40
TOTAL	4.941.342,26	32.962,40	4.974.304,66

Exercício de 2009			
Rendimentos / Réditos	Instrumentos Financeiros	Terrenos e Edifícios	Total
De ativos disponíveis para venda	5.399.456,50	0,00	5.399.456,50
de juros de títulos de dívida	4.824.126,53		4.824.126,53
dividendos de ações	505.594,36		505.594,36
rendimento custo amortizado	69.735,61		69.735,61
De outros	209.532,18	30.469,60	240.001,78
de juros de depósitos em bancos	209.532,18		209.532,18
de rendas de Edifícios de rendimento		30.469,60	30.469,60
TOTAL	5.608.988,68	30.469,60	5.639.458,28

1. Gastos financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2010			
Gastos Financeiros	Gastos Imputados	Gastos Diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	877.570,10		877.570,10
Gasto custo amortizado		246.383,55	246.383,55
TOTAL	877.570,10	246.383,55	1.123.953,65

Exercício de 2009			
Gastos Financeiros	Gastos Imputados	Gastos Diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	574.831,12		574.831,12
Gasto custo amortizado		146.240,11	146.240,11
TOTAL	574.831,12	146.240,11	721.071,23

17. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Exercício de 2010			
Ganhos e Perdas Realizadas	Ganhos Realizados	Perdas Realizadas	Ganho Líquido
De ativos disponíveis para venda	1.893.221,25	1.704.309,90	188.911,35
de títulos de dívida	1.826.243,83	1.331.229,51	495.014,32
de ações	61.438,48	330.890,54	-269.452,06
de Fundos de investimento	5.538,94	42.189,85	-36.650,91
De outros	42.040,34	0,00	42.040,34
de terrenos e Edifícios Edifícios	42.040,34		42.040,34
TOTAL	1.935.261,59	1.704.309,90	230.951,69

Exercício de 2009			
Ganhos e Perdas Realizadas	Ganhos Realizados	Perdas Realizadas	Ganho Líquido
De ativos disponíveis para venda	2.538.889,25	2.396.532,13	142.357,12
de títulos de dívida	2.226.987,93	770.324,99	1.456.662,94
de ações	139.183,37	1.336.282,95	-1.197.099,58
de Fundos de investimento	172.717,95	289.924,19	-117.206,24
De outros	144.826,35	0,00	144.826,35
de terrenos e Edifícios Edifícios	144.826,35		144.826,35
TOTAL	2.683.715,60	2.396.532,13	287.183,47

21. GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os gastos são registados inicialmente, por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos, entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

a) Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional, resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área;
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada, dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

b) Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros: 50% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros e os outros 50% com base no número de sinistros;
- Custos de aquisição: 50% do valor a imputar, com base nos prémios emitidos e outros 50% com base no número de apólices; e

- Custos administrativos e custos com investimentos: 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25%, com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos por natureza por grandes rubricas, assim como a sua afetação às diversas funções:

Exercício de 2010				
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.549.258,24	6.974.822,06	162.698,58	10.686.778,88
Fornecimentos e serviços externos	2.298.886,20	5.122.111,96	103.984,52	7.524.982,68
Impostos e taxas	235.973,00	465.765,35	9.873,19	711.611,54
Amortizações do exercício	518.070,28	1.044.362,15	45.123,68	1.607.556,12
Outras provisões	-17,48	30,52	-13,04	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	232.143,63	232.143,63
Comissões	0,00	0,00	323.759,54	323.759,54
TOTAL	6.602.170,24	13.607.092,04	877.570,10	21.086.832,39

Exercício de 2009				
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.245.417,72	7.246.615,36	141.897,46	10.633.930,54
Fornecimentos e serviços externos	2.012.730,73	5.398.548,96	80.727,44	7.492.007,13
Impostos e taxas	206.380,26	470.400,31	7.689,04	684.469,61
Amortizações do exercício	311.613,56	699.554,42	12.725,11	1.023.893,09
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	27.423,19	27.423,19
Comissões	0,00	0,00	304.368,88	304.368,88
TOTAL	5.776.142,27	13.815.119,05	574.831,12	20.166.092,44

Exercício de 2010	
Âmbito	Valor
Serviços de Certificação Legal de Contas	46.020,00
Serviços de Auditoria à Gestão de Risco e Controlo Interno	4.500,00
Serviços de Certificação dos Mapas de Reporte ao ISP	2.305,00
TOTAL	52.825,00

I) Honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins incluídos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferes as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários facturados no exercício de 2010 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

22. GASTOS COM PESSOAL

22.1. O número total de trabalhadores, no fim do período, era de 262 menos 41 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores, encontra-se distribuído por categorias profissionais conforme apresentado no seguinte quadro:

Comuns	N.º	Téc-Administ	N.º	Comerciais	N.º	Informática	N.º
Diretor-Geral	1	12	12	3	3		
Diretor-Coordenador	4	1	1	24	1		
Diretor de Serviços	14	1	1	7	1		
		1	1	26	1		
		15	15	26	26		
		3	3				
		92	92				
		8	8				
		16	16				
		1	1				

22.2. Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2010, num total de 10.686.778,88 euros, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2010	2009
Remunerações	7.900.288,55	7.982.597,58
- Dos órgãos sociais	133.003,84	133.004,00
- Do pessoal	7.767.284,71	7.849.593,58
Encargos sobre remunerações	1.873.012,70	1.742.163,50
Benefícios pós-emprego	-13.372,66	67.839,35
- Planos de contribuição definida	0,00	0,00
- Planos de benefícios definidos	-13.372,66	67.839,35
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	0,00	0,00
Benefícios de cesação de emprego	341.646,48	263.403,09
Seguros obrigatórios	269.797,19	245.379,28
Gastos de ação social	36.620,14	32.448,10
Outros gastos com o pessoal	278.786,48	300.099,64
TOTAL	10.686.778,88	10.633.930,54

22.3. A Companhia, não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

## 23. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 23.1. Plano de benefícios definidos

#### a) Política contabilística

No ponto 3.1.8., são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

#### b) Descrição geral do plano

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões do pessoal da MAPFRE Seguros Gerais, que se encontre nas condições previstas no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora antes de 22 de Junho de 1995 (data de publicação do mesmo) e que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, 10 anos de serviço na mesma.

As características do plano detalham-se mais adiante na alínea l) desta nota.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2010, o número de trabalhadores abrangidos pelo plano era de 173, entre pessoas que fazem parte do quadro da empresa e pessoas que fizeram em algum momento.

Ainda nos termos do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez.

A prestação de invalidez é calculada segundo a fórmula:

$P = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$  em que:

- R= último salário efetivo mensal na data da reforma;
- n = n° de anos civis com entrada de contribuições para a segurança social
- S= soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidem contribuições para a segurança social
- t = anos de serviço na atividade seguradora
- 0,5 → = 0,022 \* t ← = 0,8
- 0,3 → = 0,022 \* n ← = 0,8

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar no mínimo com 5 anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Atendendo, que estas responsabilidades são de difícil estimação e que a aplicação das metodologias disponíveis para estimação deste tipo de responsabilidades, conduzem a resultados que não se consideram razoáveis, a Companhia, baseada nos princípios prescritos na IAS 37, optou por não estimar estas responsabilidades. No entanto, estas responsabilidades encontram-se devidamente financiadas através de uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

#### c) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE Seguros Gerais no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no activo sejam relativas ao pessoal reformado, encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de Capital Diferido a Prémio único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

d) Valor e taxa de rentabilidade dos ativos do plano  
O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Exercício de 2010				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
1	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GRM80 para homens e mulheres	56.571,05
7	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GRM80 para homens e mulheres	4.923,15
96355	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	73.872,69
103476	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	27.901,75
113856	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	151.530,47
114959	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	8.213,79
102742	Invida-Capital diferido a prémio único	4,50%	GKM95 para homens e mulheres	132.349,19
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	369.894,06
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	69.748,73
102877	Invida-Capital diferido a prémio único	3,00%	GKM95 para homens e mulheres	214.461,56
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	219.862,78
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	384.863,50
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	100.372,36
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	147.477,34
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	113.345,52
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	78.231,34
	Total apólices capital diferido			2.153.619,28
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	17.660,81
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	12.828,32
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	61.194,45
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	52.759,84
	Total apólices renda vitalícia			144.443,42
	Total apólices			2.298.062,70

Exercício de 2009				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
1	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GRM80 para homens e mulheres	54.445,03
7	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GRM80 para homens e mulheres	4.738,45
96355	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	140.822,63
103476	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	34.689,74
113856	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	148.483,39
114959	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	8.047,70
102742	Invida-Capital diferido a prémio único	4,50%	GKM95 para homens e mulheres	126.793,16
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	361.232,21
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	68.775,11
102877	Invida-Capital diferido a prémio único	3,00%	GKM95 para homens e mulheres	208.445,11
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	220.517,76
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	377.929,74
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	99.056,94
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	145.289,52
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	111.019,04
	Total apólices capital diferido			2.110.285,53
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	18.014,59
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	13.196,74
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	62.657,30
	Total apólices renda vitalícia			93.868,63
	Total apólices			2.204.154,16

e) Responsabilidade passada

Responsabilidade passada		
Conceito	2010	2009
Valor atual serviços passados - pessoal no ativo	1.963.751,28	1.634.451,38
Valor atual serviços passados - reformados	144.443,42	93.868,63
TOTAL	2.108.194,70	1.728.320,01

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2010	2009
Valor responsabilidades janeiro	1.634.451,38	1.612.523,88
Custo serviço corrente	85.366,64	46.246,61
Custo dos juros	63.743,60	59.985,89
Resgates	-140.043,99	0,00
Ganhos atuariais	0,00	-84.305,00
Perdas atuariais	320.233,65	0,00
Valor responsabilidades dezembro	1.963.751,28	1.634.451,38

Responsabilidade com pensões em pagamento		
Conceito	2010	2009
Valor responsabilidades janeiro	93.868,63	31.927,43
Custo dos juros	4.128,43	2.423,04
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	57.336,54	63.116,20
Prestações pagas	-10.890,18	-3.598,04
Valor responsabilidades dezembro	144.443,42	93.868,63

Responsabilidade total com pensões		
Conceito	2010	2009
Valor responsabilidades janeiro	1.728.320,01	1.644.451,31
Custo serviço corrente	85.366,64	46.246,61
Custo dos juros	67.872,03	62.408,93
Resgates	-140.043,99	0,00
Ganhos atuariais	0,00	-21.188,80
Perdas atuariais	377.570,19	0,00
Prestações pagas	-10.890,18	-3.598,04
Valor responsabilidades dezembro	2.108.194,70	1.728.320,01

g) Análise da obrigação em planos que não tem financiamento

No caso da MAPFRE Seguros Gerais, a totalidade dos planos de benefícios definidos encontra-se financiada a 100%.

h) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

Apólices capital diferido prêmio único		
Conceito	2010	2009
Valor ativos janeiro	2.110.285,53	1.998.103,35
Contribuições empresa	78.231,44	111.019,04
Resgates	-31.797,86	0,00
Retorno ativos	-3.099,73	1.163,14
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	0,00	0,00
Valor ativos dezembro	2.153.619,38	2.110.285,53

Apólices rendas vitalícias		
Conceito	2010	2009
Valor ativos janeiro	93.868,63	31.927,43
Retorno ativos	61.464,97	65.539,24
Perda atuarial	0,00	0,00
Prestações pagas	-10.890,18	-3.598,04
Valor ativos dezembro	144.443,42	93.868,63

Total de ativos		
Conceito	2010	2009
Valor ativos janeiro	2.204.154,16	2.030.030,78
Contribuições da empresa	78.231,44	111.019,04
Resgates	-31.797,86	0,00
Retorno ativos	58.365,24	66.702,38
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	0,00	0,00
Prestações pagas	-10.890,18	-3.598,04
Valor ativos dezembro	2.298.062,80	2.204.154,16

i) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade dos ativos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da MAPFRE Seguros Gerais, descritos nas alíneas f) e h), anteriores são relevados no balanço na linha de "Ativos por benefícios pós-emprego" e outro benefícios de longo prazo e na linha de "Passivos por benefícios pós-emprego e outro benefícios de longo prazo".

j) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas

Custo reconhecido em resultados		
Conceito	2010	2009
Custo serviço corrente	85.366,64	46.246,61
Custo dos juros	67.872,03	62.408,93
Retorno ativos	-58.365,24	-66.702,38
Pagamentos	-108.246,13	0,00
Ganhos atuariais	0,00	-21.188,80
Perdas atuariais	377.570,19	0,00
TOTAL	364.197,49	20.764,36

k) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

Não foram registados quaisquer outros ganhos ou perdas do exercício corrente.

l) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade, foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial "Unit Credit" ou Método da Unidade de Crédito Projetada.
- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras.
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres.
- Não se considerou taxa de rotação.
- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31/12/2010 de 3,25%.

Esta taxa foi obtida, estimando os fluxos prováveis de uma renda vitalícia, diferida aos 65 anos, a estes fluxos aplicou-se a taxa de juro swap euro (taxa isenta de risco) de 22/11/2010, obtendo-se a Taxa Interna de Rentabilidade de 3,25% anual.

Nos anos anteriores, as taxas de juro aplicadas foram de 3,9% à data de 31/12/2009 e 3,72% à data de 31/12/2008.

- Crescimento no valor das pensões da segurança social de 2% ao ano.
- Incremento do valor das pensões a cargo da empresa de 2% ao ano.
- Taxa de inflação anual de 2%.
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 3%.
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terão direito à prestação de reforma, os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho.
- Para os trabalhadores que pertencem ao quadro de pessoal, à data de 31/12/2010, a empresa cobrirá as prestações de reforma, pelo tempo decorrido, desde que tenham entrado na empresa até aos 65 anos.
- Para os trabalhadores que prestaram serviço na empresa, mas já não pertencem ao quadro de pessoal à data de 31/12/2010, a empresa cobrirá as prestações de reforma pelo tempo decorrido, desde a data de entrada até à data de saída em proporção do tempo desde que entrou no setor até aos 65 anos.
- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da

empresa, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 * 14 / 12 * R) - (0,022 * N * S / 60)$$

em que,

- P= Prestação a pagar pela empresa
- R= último salário efetivo no momento da reforma
- N= número de anos de contribuição para a Segurança Social
- S= soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10
- 0,3 → = 0,022 \* N ← = 0,8

- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar 10 anos de serviço na atividade seguradora
- Qualquer fração de ano conta como um ano completo
- Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 2%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

- Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método "Unit Credit", obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na empresa até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31/12/2010, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31/12/2010.

- Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

- Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (3,9% anual), pelo valor atual das responsabilidades existente a

31/12/2010 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao fato de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

m) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Conceito	2010	2009	2008
Valor das responsabilidades	2.108.194,70	1.728.320,01	1.644.451,31
Valor dos ativos	2.298.062,80	2.204.154,16	2.030.030,75
Excesso/(Insuficiência)	189.868,10	475.834,15	385.579,44
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	-377.570,19	-21.188,80	-360.959,21
% sobre responsabilidades	-17,91%	-1,23%	-21,95%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	0,00	0,00	57.154,25
% sobre ativos	0,00%	0,00%	2,82%

Os ganhos e perdas atuariais apurados, resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

n) Não se aplica

o) Estimativa das contribuições do próximo ano

O valor estimado da contribuição, para o plano a realizar no ano 2011, é de aproximadamente 100.000 euros.

## 24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

### 24.1. Imposto corrente

Detalham-se no quadro abaixo, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

Demonstração do Gasto por Imposto	2010	2009
<b>Gasto por imposto</b>		
Resultado antes de imposto	2.764.480,05	4.447.848,92
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido	-614.564,36	-668.670,30
Amortizações acumuladas de Edifícios de serviço próprio à data de transição para o novo plano de contas - 1/5 do valor de acordo DL237/2008 Artº2 nº12	-517.340,80	-517.340,80
Amortizações acumuladas de Edifícios de rendimento à data de transição para o novo plano de contas - 1/5 do valor de acordo DL237/2008 Artº2 nº12	-54.105,95	-108.211,89
Custo amortizado dos títulos de dívida à data de transição para o novo plano de contas - 1/5 do valor de acordo DL237/2008 Artº2 nº12	-43.117,61	-43.117,61
25% do resultado antes de impostos	536.525,90	944.794,66
Amortização de imoveis de rendimento	0,00	0,00
Provisão para creditos de cobrança duvidosa	0,00	54.838,88
Multas, coimas e juros compensatorios	1.038,48	8.925,96
Importancias devidas p/ aluguer de viaturas s/ condutor [artº 42, nº1, alinea h]	0,00	755,07
Custos e proveitos extraordinários	299.901,62	20.480,60
Perdas atuariais de responsabilidades pensões de reforma	94.225,18	0,00
Prémio pago ao seguro de responsabilidades pensões de reforma	-3.337,25	0,00
Excesso estimativa imposto do ano anterior	-1.336,55	-63.650,51
Dividendos - instrumentos de capital	-83.968,57	-85.672,82
ID sobre amortizações dos imóveis de rendimento	0,00	0,00
ID sobre o valor líquido da responsabilidades com pensões de reforma	0,00	0,00
Imparidade reconhecida sobre os imóveis	44.524,46	107.202,05
Imparidade reconhecida sobre os títulos de rendimento variável	0,00	0,00
Reversão de parte da imparidade reconhecida em 2008 s/tit. rend. variável	0,00	0,00
Correção mais menos valias contabilísticas/fiscais	3.776,88	-88.676,32
Benefícios fiscais	-11.709,15	-13.565,68
Derrama	90.992,56	53.125,91
Tributação autónoma	92.618,63	99.681,44
Correção Taxa IRC da Região Autónoma da Madeira	-1.759,28	-1.770,87
<b>Total de gasto por imposto</b>	<b>1.061.492,92</b>	<b>1.036.468,38</b>
<b>Imposto sobre lucros a pagar</b>		
Entregas por conta	-821.169,00	-1.620.965,51
<b>Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido</b>	<b>240.323,92</b>	<b>-584.497,13</b>

### 24.2. Impostos diferidos

a) Decomposição do saldo de ativos por impostos diferidos:

Exercício de 2010						
Ativos por Impostos Diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	0,00	0,00	1.776.268,57	0,00	0,00	1.776.268,57
De ativos financeiros disponíveis para venda - reajustamento títulos dívida	34.278,51	0,00	0,00	0,00	11.426,17	22.852,34
De amortizações de terrenos e edifícios	454.300,16	0,00	0,00	0,00	151.433,39	302.866,77
De provisões para riscos e encargos - impostos	155.343,20	0,00	0,00	0,00	0,00	155.343,20
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	166.668,70	47.279,77	0,00	0,00	0,00	213.948,47
Do reconhecimento de imparidade s/ títulos rendimento variável	31.034,43	0,00	0,00	16.475,14	0,00	14.559,29
<b>TOTAL</b>	<b>841.625,00</b>	<b>47.279,77</b>	<b>1.776.268,57</b>	<b>16.475,14</b>	<b>162.859,56</b>	<b>2.485.838,64</b>

Exercício de 2009						
Ativos por Impostos Diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	669.361,95	0,00	0,00	0,00	669.361,95	0,00
De ativos financeiros disponíveis para venda - reajustamento títulos dívida	45.704,67	0,00	0,00	0,00	11.426,16	34.278,51
De amortizações de terrenos e edifícios	625.988,81	0,00	0,00	5.917,18	165.771,47	454.300,16
De provisões para riscos e encargos - impostos	155.343,20	0,00	0,00	0,00	0,00	155.343,20
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	79.716,28	86.952,42	0,00	0,00	0,00	166.668,70
Do reconhecimento de imparidade s/ títulos rendimento variável	344.408,25	0,00	0,00	313.373,82	0,00	31.034,43
<b>TOTAL</b>	<b>1.920.523,16</b>	<b>86.952,42</b>	<b>0,00</b>	<b>319.291,00</b>	<b>846.559,58</b>	<b>841.625,00</b>

b) Decomposição do saldo de passivos por impostos diferidos:

Exercício de 2010						
Passivos por Impostos Diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	608.674,59	0,00	0,00	0,00	607.511,66	1.162,93
Do reconhecimento dos act/pass por benefícios pós-emprego	126.096,05	0,00	0,00	75.781,00	0,00	50.315,05
<b>TOTAL</b>	<b>734.770,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>75.781,00</b>	<b>607.511,66</b>	<b>51.477,98</b>

Exercício de 2009						
Passivos por Impostos Diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	0,00	0,00	608.674,59	0,00	0,00	608.674,59
Do reconhecimento dos act/pass por benefícios pós-emprego	102.178,56	23.917,49	0,00	0,00	0,00	126.096,05
<b>TOTAL</b>	<b>102.178,56</b>	<b>23.917,49</b>	<b>608.674,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>734.770,64</b>



## 25. CAPITAL

### 25.1. Indicações sobre o capital social

a) O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2010, é de 33.108.650,00 euros, dividido em 6.635.000 ações, no valor nominal de € 4,99 cada, repartido da seguinte forma:

Entidade Acionista	2010		2009	
	N.º de Ações	Valor Imparidades	N.º de Ações	Valor Imparidades
MAPFRE Familiar	20	99,80	20	99,80
MAPFRE Caucion y Crédito	20	99,80	20	99,80
MAPFRE Global Risks	20	99,80	20	99,80
MAPFRE Internacional	6.634,940	33.108,350,60	6.634,940	33.108.350,60
TOTAL	6.634,940	33.108,350,60	6.635,000	33.108.650,00

b) Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

c) De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia.

e) Em referência a 31 de dezembro de 2010, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

25.2. No exercício 2010 e no anterior, verificaram-se as seguintes quantias transaccionadas com os detentores de capital:

Entidade Acionista	Valor pago em 2010	Valor pago em 2009
MAPFRE Internacional	555.256,51	2.822.974,47
MAPFRE Familiar	1,67	8,51
MAPFRE Caucion y Credito	1,67	8,51
MAPFRE Global Risks	1,67	8,51
TOTAL	555.261,52	2.823.000,00

25.3. No exercício 2010, não existiram acordos de pagamento com base em ações pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

## 26. RESERVAS

26.1. As reservas de reavaliação, compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as NIIF devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da empresa.

A reserva por impostos diferidos, corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda.

26.2. No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2010 em cada uma das reservas:

Exercício de 2010				
Demonstração das Variações das Reservas	Saldo inicial	Aumentos / Diminuições	Imparidades / Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	2.296.885,24	-8.995.397,07	0,00	-6.698.511,83
Por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	2.296.885,24	-8.995.397,07	0,00	-6.698.511,83
Ações / Unidades de participação em fundos de investimento	750.045,35	-745.656,93	0,00	4.388,42
Títulos de dívida pública	1.546.839,89	-8.249.740,14	0,00	-6.702.900,25
Por reavaliação de terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva por impostos diferidos	-608.674,59	2.383.780,22	0,00	1.775.105,63
Ações / Unidades de participação em fundos de investimento	-198.762,02	197.599,09	0,00	-1.162,93
Títulos de dívida pública	-409.912,57	2.186.181,13	0,00	1.776.268,56
Outras reservas	19.142.841,02	2.437.003,39	0,00	21.579.844,41
Reserva legal	3.076.702,81	315.512,48	0,00	3.392.215,29
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	13.086.590,17	2.121.490,91	0,00	15.208.081,08
TOTAL	20.831.051,67	-4.174.613,46	0,00	16.656.438,21

Exercício de 2009				
Demonstração das Variações das Reservas	Saldo inicial	Aumentos / Diminuições	Imparidades / Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-2.525.894,14	6.005.322,12	-1.182.542,74	2.296.885,24
Por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-2.525.894,14	6.005.322,12	-1.182.542,74	2.296.885,24
Ações / Unidades de participação em fundos de investimento	-2.176.086,76	4.108.674,85	-1.182.542,74	750.045,35
Títulos de dívida pública	-349.807,38	1.896.647,27	0,00	1.546.839,89
Por reaval terrenos edifícios de uso próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva por impostos diferidos	669.361,95	-1.591.410,36	313.373,82	-608.674,59
Ações / Unidades de participação em fundos de investimento	576.662,99	-1.088.798,83	313.373,82	-198.762,02
Títulos de dívida pública	92.698,96	-502.611,53	0,00	-409.912,57
Outras reservas	18.483.867,05	658.973,97	0,00	19.142.841,02
Reserva legal	2.637.224,06	439.478,75	0,00	3.076.702,81
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	12.867.094,95	219.495,22	0,00	13.086.590,17
TOTAL	16.627.334,86	5.072.885,73	-869.168,92	20.831.051,67

## 27. RESULTADOS POR AÇÃO

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2010	2009
Resultado líquido atribuído aos acionistas	1.809.572,77	3.155.124,47
Numero médio de ações	6.635,000	6.635,000
Resultado por ação (em euros)	0,27	0,48

## 28. DIVIDENDOS POR AÇÃO

O detalhe dos dividendos da Companhia, do exercício atual e anterior é o seguinte:

Conceito	Dividendo Total		Dividendo por Ação	
	2010	2009	2010	2009
Dividendo distribuído / a distribuir	0,00	2.378.261,52	0,00	0,36
TOTAL	0,00	2.378.261,52	0,00	0,36

O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício 2010, no montante de 1.809.572,77 euros (Um milhão oitocentos e nove mil quinhentos e setenta e dois euros e setenta e sete cêntimos), seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios.

## 29. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

29.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo

A MAPFRE é um grupo empresarial espanhol, independente que desenvolve as atividades seguradora, resseguradora, financeira, imobiliária e de serviços em Espanha e em outros 44 países.

Estas atividades desenvolvem-se através de 258 sociedades, que se agrupam em divisões e unidades, que operam com ampla autonomia de gestão, debaixo da coordenação e supervisão dos altos Órgãos diretivos do Grupo, aos quais cabe determinar as linhas de orientação gerais e as políticas comuns de atuação.

A MAPFRE Seguros Gerais é uma dessas 258 sociedades, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 99,99% pela MAPFRE Internacional, que por sua vez é detida a 87,5% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do grupo.

### 29.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas, referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram contudo quaisquer operações com a casa-mãe, para além das relativas à distribuição de reservas e de dividendos, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

### 29.3. Informação relacionada com o órgão de administração.

A responsabilidade pelo planeamento, direcção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art. 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, do Instituto de Seguros de Portugal, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 6 do Relatório de Gestão.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades do grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	GRUPO MAPFRE
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Pedro de Macedo Coutinho de Almeida	MAPFRE RE; MAPFRE GLOBALS RISKS (antes MAPFRE EMPRESAS); REINSURANCE MANAGEMENT INC; MAPFRE ASISTENCIA; COMPAGNIE INTERNATIONALE D'ASSURANCES ET DE REASSURANCES, SOCIÉTÉ ANONYME (C.I.A.R); ASEGURADORES DE RIESGOS NUCLEARES A.I.E. (ARN)
Filipe Dumont dos Santos	---
Claudio Antonio Ramos Rodriguez	MAPFRE RE; MAPFRE INTERNACIONAL; CONSTITUCIÓN Y LEYES, S.A.
Antonio Eraso Campuzano	MAPFRE AMÉRICA; MAPFRE INMUEBLES; MAPFRE INTERNACIONAL; MAPFRE INVERSIÓN, S.V.
Antonio Manuel Cardoso Belo	MAPFRE SEGUROS DE VIDA, SA
Bernabé Gordo Pin	---
Jesús García Arranz	---
José Luis Joló Marin	---
Melchor García García	CLUB MAPFRE; MAPFRE RENTING; MAPFRE MULTICENTRO DEL AUTOMÓVIL; CESVIMAP; TINERFEÑA DE SERVICIOS DE TECNOLOGÍA E INNOVACIÓN PARA EL AUTOMÓVIL; MAPFRE VIDEO Y COMUNICACIÓN; SERVICIOS AUXILIARES MVA; MUTUA VALENCIANA AUTOMOVILISTICA ASISTENCIA; VIAJES MUTUA VALENCIANA AUTOMOVILISTA; MAPFRE CONSULTORES DE SEGUROS Y REASEGUROS; AUTOMOCIÓN PENINSULAR INMUEBLES; VERTI; IBERICAR SOCIEDAD IBERICA DEL AUTOMÓVIL.
Rafael Galarraga Solares	MAPFRE VIDA; MAPFRE INMUEBLES; DUERO PENSIONES EGFP; UNIÓN DEL DUERO COMPAÑÍA DE SEGUROS: MAPFRE SEGUROS DE EMPRESA.

29.4. Apresentam-se de seguida, as operações ocorridas, saldos do exercício e do exercício anterior, com todas as outras entidades relacionadas:

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2010	2009	2010	2009
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	397	518	442	2.408
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	12	13	2	0
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	154	108	0	0
Dividendos distribuídos	0	683	0	0
Distribuição de reservas	555	1.823	0	0
TOTAL	1.119	3.145	444	2.408

(Valores expressos em milhares de euros)

Conceito	Operações Gerais	
	2010	2009
Créditos e dívidas	1,000	1.528
TOTAL	1,000	1.528

(Valores expressos em milhares de euros)

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Operações Gerais	
	2010	2009
Prémios cedidos	19.563	20.927
Sinistros	11.837	14.598
Varição de provisões técnicas	2.864	-3.504
Comissões	3.294	3.317
Juros sobre depósitos	4	27

(Valores expressos em milhares de euros)

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Operações Gerais	
	2010	2009
Créditos e dívidas	-648	838
Depósitos	-25	-143
Provisões técnicas	22.604	19.829
TOTAL	21.931	20.524

(Valores expressos em milhares de euros)

### 30. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração do Fluxo de Caixa	2010	2009
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de prémios	110.096.015,84	117.702.135,00
Pagamentos de sinistros	-70.489.619,45	-70.147.824,93
Pagamentos de comissões	-10.129.740,93	-9.801.784,79
Entradas por operações de resseguro	9.085.512,22	2.902.258,49
Saídas por operações de resseguro	-12.416.314,94	-10.480.197,18
Entradas por operações de co-seguro	2.811.843,27	2.225.561,07
Saídas por operações de co-seguro	-2.526.936,09	-2.715.010,57
Outros Recebimentos	6.159.525,25	2.754.073,85
Pagamentos a fornecedores e pessoal	-30.902.961,89	-36.996.838,61
Imposto sobre o rendimento	-247.880,23	-2.224.985,61
<b>TOTAL FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.439.443,05</b>	<b>-6.782.613,28</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Outros ativos tangíveis	-289.837,59	-627.555,12
Terrenos e edifícios	32.962,40	49.893,60
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00
Títulos de dívida	13.583.244,35	-8.567.994,06
Instrumentos de capital e unidades de participação	-2.142.696,21	6.263.766,31
Participação no capital de outras sociedades	-19.000.000,00	-7.492.500,00
Juros recebidos	4.728.284,39	5.333.967,93
Dividendos recebidos	483.814,04	498.248,29
Outros investimentos	-265.644,83	5.692.183,81
<b>TOTAL FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-2.869.873,45</b>	<b>1.150.010,76</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamentos de dividendos aos acionistas	-555.261,52	-2.823.000,00
Outros recebimentos ou pagamentos	0,00	0,00
<b>TOTAL FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-555.261,52</b>	<b>-2.823.000,00</b>
<b>EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS DIFERENÇAS DE CAMBIOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Aumento líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>-1.985.691,92</b>	<b>-8.455.602,52</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>4.140.660,40</b>	<b>12.596.262,92</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>2.154.968,48</b>	<b>4.140.660,40</b>

### 31. AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME CONTABILÍSTICO

Decorrente da aplicação do novo plano de contas para as empresas de seguros, aprovado pela Norma Regulamentar nº. 4/2007-R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº. 20/2007-R, de 31 de dezembro, foi reconhecido no exercício de 2010, um ajustamento na rubrica de "Reservas Livres" relativo ao tratamento fiscal das amortizações dos edifícios e da valorização dos títulos de rendimento fixo, que de acordo Artigo 2.º, número 4, alínea a) e número 5, do Decreto-Lei nº. 237/2008, devem concorrer para a formação do lucro tributável correspondente ao exercício iniciado em 2008 e aos quatro exercícios subsequentes, sendo reconhecido em 2010 o valor de 162.859.56 euros.

### 32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Não aplicável.

### 33. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### 33.1. Normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010.

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia

#### IAS 7 (Melhoria) – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Clarifica que apenas, os dispêndios que resultam no reconhecimento de ativos podem ser classificados como fluxos de caixa de atividades de investimento. Neste sentido, em resultado da emenda à IAS 27, passam a ser considerados como fluxos operacionais alguns fluxos que até agora eram considerados de investimento (ex: fluxos relativos a custo de aquisição e variações subsequentes em pagamentos contingentes).

#### IFRS 5 (Melhoria) - Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação

A melhoria clarifica que:

- quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus ativos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;
- as divulgações requeridas relativamente a ativos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

#### IFRS 3 (Revista) – Concentrações de atividades empresariais

Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de atividades empresariais efetuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2009.

#### IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Ações

A emenda efetuada na IFRS 2, vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma Joint Venture e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

#### IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

Balanço: A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afeta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Demonstração das alterações nos capitais próprios: Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para refletir transações com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

IAS 27 (Emenda) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações Financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efetivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do justo valor.

IAS 38 (Melhoria) – Ativos Intangíveis

A melhoria:

- estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro ativo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;
  - clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de ativos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.
- IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.

Esta emenda:

- clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;
- refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos forward entre uma adquirente e um acionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que

ações futuras venham ainda a ocorrer.

- Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transação prevista resultar no reconhecimento subsequente de um ativo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afetem os lucros ou prejuízos.
- Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

IFRIC 18 - Transferências de ativos provenientes de clientes

Esta interpretação tem por objetivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objetivo de serem usados para adquirir ou construir ativos específicos, não sendo, por isso aplicável.

IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de ativos que não são caixa

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis.

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

Outras melhorias às IFRS

O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além nas já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010:

- IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os ativos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usada pelo responsável das decisões operacionais.
- IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.
- IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a atuar como vendedor ou como agente. [Nota: Dado que esta é uma melhoria a um appendix da IAS, não é alvo de endosso por parte da EU].
- IAS 36 – Imparidade de ativos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do Goodwill adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do Goodwill é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual, dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.
- IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivados embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de Joint Ventures.
- IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efetividade da IAS 39 sejam satisfeitos.

#### 37.4 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2010 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

a) Já endossadas pela UE

IFRS 1 (Emenda) - Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adoção pela primeira vez das IFRS.

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de junho de 2010. Estabelece que um adotante pela primeira vez não necessita de apresentar comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros:

Divulgações.

IFRS 7 (Emenda) - Instrumentos Financeiros: Divulgações

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de junho de 2010. Estabelece que as melhorias a esta norma não necessitam de afetar demonstrações financeiras nem comparativos de demonstrações financeiras anteriores a 31 de dezembro de 2009.

IAS 24 (Revista) – Transações com partes relacionadas

Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transações com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos foram atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como ativo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do surplus do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de junho de 2010. Clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objetivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39.

b) Ainda não endossadas pela EU

IFRS 9 – Instrumentos financeiros - introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010. O IASB aprovou 11 emendas e seis normas.”

33.1.2. O acórdão do Supremo Tribunal de Justiça da União Europeia do dia 1 de março veio declarar inválida a norma contida no artigo 5º n.º2 da Directiva 2004/113 da Comissão Europeia, transposta para a ordem jurídica portuguesa através da Lei n.º 14/2008, com efeitos a partir do dia 21 de dezembro de 2012. O referido artigo 5º n.º2 da Diretiva 2004/113 previa uma derrogação ao princípio geral da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, em matérias de seguros, desde que o mesmo estivesse fundamentado e justificado com dados atuariais e estatísticos.

Assim, a partir de 21 de dezembro de 2012, não poderá haver diferenciação de sexo no que concerne à atividade seguradora em termos de cálculos de prémios, prestações de seguro ou benefícios.

Esta alteração legal, irá implica uma alteração no contexto em que Companhia opera, tendo para isso, de iniciar esforços no sentido de proceder às alterações de normativos e sistemas por forma a eliminar as diferenças de prémios, prestações e anuidades dos seguros com base no sexo dos segurados. Consequentemente, ainda não nos é possível quantificar o impacto futuro desta alteração.

Administrador-Delegado	António Belo
Técnico de Contas	Manuela Mendes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
Vice-Presidente	Filipe Dumont dos Santos
Secretário	Claudio Antonio Ramos Rodriguez
Vogais	Antonio Erazo Campuzano
	António Manuel Cardoso Belo (Administrador-Delegado)
	Bernabé Gordo Pin
	Jesús Garcia Arranz
	José Luis Joló Marin
Melchor García García	
Rafael Galarraga Solores	

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

ANEXO 1

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	sub-total 1.1							
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	sub-total 1.1							
	total 1							
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
	sub-total							





DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES) ANEXO 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2009 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2010 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>				
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	28.009.088,35	7.975.709,18	21.015.010,53	981.631,36
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	3.757.511,24	3.513.027,16	2.751.774,60	2.507.290,52
AUTOMÓVEL				
RESPONSABILIDADE CIVIL	43.077.460,90	10.836.070,27	28.245.271,95	-3.996.118,68
OUTRAS COBERTURAS	4.794.476,36	4.174.925,72	932.491,25	312.940,61
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	303.826,77	135.180,90	116.747,65	-51.898,22
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5.292.564,65	2.294.812,44	7.289.633,13	4.291.880,92
CRÉDITO E CAUÇÃO	15.279.048,60	3.528.891,77	7.005.365,15	-4.744.791,68
PROTEÇÃO JURÍDICA	7.378,02	48.358,06	24.467,16	65.447,20
ASSISTÊNCIA				0,00
DIVERSOS	255.944,64	12.653,08	120.422,08	-122.869,48
<b>TOTAL NÃO VIDA</b>	<b>100.777.299,53</b>	<b>32.519.628,58</b>	<b>67.501.183,50</b>	<b>-756.487,45</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>100.777.299,53</b>	<b>32.519.628,58</b>	<b>67.501.183,50</b>	<b>-756.487,45</b>

(Valores expressos em euros)

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano 2009 e anteriores

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS ANEXO 4

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prêmios brutos emitidos	Prêmios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
<b>SEGURO DIRETO</b>					
ACIDENTES E DOENÇA	24.428.608,78	24.178.319,41	17.817.035,50	6.090.168,08	-916.417,71
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	15.861.301,16	16.010.822,71	16.259.227,75	4.115.986,16	2.060.094,28
AUTOMÓVEL					
RESPONSABILIDADE CIVIL	31.416.935,74	31.672.336,79	21.819.719,97	7.204.886,16	-86.210,52
OUTRAS COBERTURAS	22.506.718,63	22.268.810,18	20.229.643,35	5.459.220,47	-228.273,34
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	915.967,33	960.860,14	698.425,29	249.389,45	-95.055,98
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4.507.840,28	4.610.457,39	5.926.531,19	1.030.016,97	2.814.382,20
CRÉDITO E CAUÇÃO	2.087.199,14	2.189.490,02	-3.649.966,82	459.564,47	-3.845.520,53
PROTEÇÃO JURÍDICA	887.060,85	847.222,07	174.720,25	255.370,93	-1.714,93
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	148.610,62	151.885,90	85.376,26	46.567,24	-84.534,08
<b>TOTAL</b>	<b>102.760.242,53</b>	<b>102.890.204,61</b>	<b>79.360.712,74</b>	<b>24.911.169,93</b>	<b>-383.250,61</b>
RESSEGURO ACEITE					
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>102.760.242,53</b>	<b>102.890.204,61</b>	<b>79.360.712,74</b>	<b>24.911.169,93</b>	<b>-383.250,61</b>

(Valores expressos em euros)

NOTAS:

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS ANEXO 3

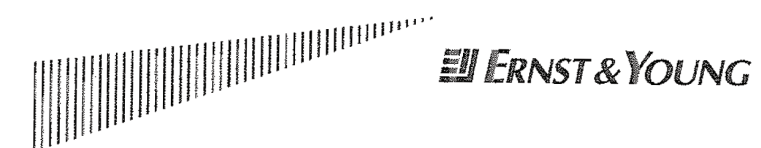
RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
<b>SEGURO DIRETO</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	14.519.258,35	1.515.063,20	1.782.713,94	17.817.035,49
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	10.568.873,70	740.606,99	4.951.763,88	16.261.244,57
AUTOMÓVEL				
RESPONSABILIDADE CIVIL	21.895.083,25	2.198.615,76	-2.273.979,04	21.819.719,97
OUTRAS COBERTURAS	17.672.858,74	1.580.208,00	976.576,62	20.229.643,36
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	388.048,14	40.177,59	270.199,54	698.425,27
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.392.227,40	222.419,33	3.311.899,65	5.926.546,38
CRÉDITO E CAUÇÃO	3.866.845,68	203.052,32	-7.719.864,82	-3.649.966,82
PROTEÇÃO JURÍDICA	34.632,91	81.667,19	56.388,17	172.688,27
ASSISTÊNCIA				0,00
DIVERSOS	15.051,24	20.359,87	49.965,15	85.376,26
<b>TOTAL</b>	<b>71.352.879,41</b>	<b>6.602.170,24</b>	<b>1.405.663,09</b>	<b>79.360.712,74</b>
RESSEGURO ACEITE				
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>71.352.879,41</b>	<b>6.602.170,24</b>	<b>1.405.663,09</b>	<b>79.360.712,74</b>

(Valores expressos em euros)



# 4

CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DAS  
CONTAS,  
RELATÓRIO E  
PARECER DO  
CONSELHO  
FISCAL



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal  
Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Mapfre Seguros Gerais, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de activo de 208.949.447,85 Euros e um total de capital próprio de 51.574.660,98 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.809.572,77 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;





- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Mapfre Seguros Gerais, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

#### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

#### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei em vigor o Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros Gerais S.A. vem apresentar o Relatório da actividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e dez e bem assim emitir Parecer sobre os documentos de prestação de contas do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal manteve contactos com a Administração e os Serviços, acompanhando a evolução da Companhia e recebendo sempre resposta a todos os esclarecimentos solicitados.

Os membros do Conselho Fiscal acompanharam a evolução da exploração da Companhia numa conjuntura extremamente complexa e a resposta da

Administração tanto ao nível da actuação no mercado, como no controlo e ajustamento dos custos e ainda na orientação das aplicações financeiras.

O Conselho Fiscal acompanhou igualmente o trabalho desenvolvido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Ernest & Young e apreciou a Certificação Legal de Contas, formulada sem reservas, e à qual dá seu acordo.

O Relatório de Gestão foi também objecto de análise e verificação, concluindo o Conselho Fiscal que é suficientemente esclarecedor e está em conformidade com as contas do exercício.

Finalmente, o Conselho Fiscal verificou que a proposta de aplicação de resultados privilegia o reforço dos capitais próprios o que se afigura acertado na actual conjuntura.


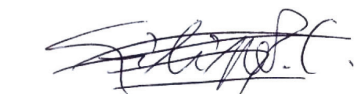
No decorrer do seu trabalho, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que não respeitasse as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Sendo assim, tendo em consideração todas as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Companhia e a opinião constante da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal emite o Parecer seguinte:

- 1 – Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2010;
- 2 – Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2010;
- 3 – Que aos membros do Conselho de Administração seja conferido um louvor pelo seu empenho e competência.

Lisboa, 17 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL

  
Fernando Vaz de Namorado  




 **MAPFRE** | SEGUROS GERAIS

